



KARINA MARIA FERRAZ DOS SANTOS CADENA

**PROJETO ARQUITETÔNICO DE
REABILITAÇÃO PARA NOVO USO SOCIAL
DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR DEPUTADO JOÃO PINTO**
Bairro Coqueiro | Luís Correia | Piauí

Trabalho Final apresentado ao Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Edital nº. 01/2015

3ª Turma | 2017-2019

Orientadora Prof.^a. Dr.^a. Áurea da Paz Pinheiro

Luís Correia, 2019



© Copyright 2019

Karina Maria Ferraz dos Santos Cadena

PROJETO ARQUITETÔNICO DE REABILITAÇÃO PARA NOVO USO SOCIAL DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR DEPUTADO JOÃO PINTO: Bairro Coqueiro| Luís Correia | Piauí

Créditos:

Esta relatório técnico é parte dos resultados da pesquisa-ação sob o título “PROJETO ARQUITETÔNICO DE REABILITAÇÃO PARA NOVO USO SOCIAL DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR DEPUTADO JOÃO PINTO: Bairro Coqueiro| Luís Correia | Piauí”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, Mestrado Profissional da Universidade Federal do Piauí.

Universidade Federal do Piauí

Reitor

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

Vice-reitora

Prof. Dr^a. Nadir do Nascimento Nogueira

Pró-reitor de Ensino de Pós-graduação

Prof. Dra. Regina Lúcia Ferreira Gomes

Diretor do Campus Ministro Reis Veloso

Prof. Dr. Alexandro Marinho Oliveira

Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia

Prof. Dr^a. Áurea da Paz Pinheiro

Orientação

Prof. Dr^a. Áurea da Paz Pinheiro

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica

Victor Veríssimo Guimarães

C122p Cadena, Karina Maria Ferraz dos Santos
Projeto arquitetônico de reabilitação para novo uso social do antigo grupo escolar deputado João Pinto, Bairro Coqueiro, Luís Correia, Piauí / Karina Maria Ferraz dos Santos Cadena. – 2019.
109 f.: il.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Artes, Patrimônio e Museologia, Universidade Federal do Piauí, 2019.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Áurea da Paz Pinheiro.

1. Museologia Social 2. Arquitetura e urbanismo 3. Patrimônio Cultural I. Pinheiro, Áurea da Paz II. Título

CDD 069.2



**PROJETO ARQUITETÔNICO DE
REABILITAÇÃO PARA NOVO USO SOCIAL
DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR DEPUTADO JOÃO PINTO**
Bairro Coqueiro | Luís Correia | Piauí

Trabalho Final apresentado ao Programa de Pós-graduação
em Artes, Patrimônio e Museologia, como
requisito para obtenção do grau de Mestre.
Edital nº. 01/2015
3ª Turma | 2017-2019
Orientadora Prof.^a. Dr.^a. Áurea da Paz Pinheiro

Trabalho apresentado e aprovado em: 01 de julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Áurea da Paz Pinheiro
(Orientadora | UFPI)

Rita de Cássia Moura Carvalho
(Avaliadora Interna | UFPI)

Pamela K Ribeiro Franco Freire
(Avaliadora Externa | UNINOVAFAPI)

Luís Correia, 2019





Aos usuários do Museu da Vila
À Comunidade da vila-bairro Coqueiro da Praia







Agradecimentos

Este trabalho que resulta de estudos e intervenções no antigo Grupo Escolar Deputado João Pinto, hoje, sede do Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia, Museu da Vila e Sede da Associação de Moradores do Bairro Coqueiro, não teria sido possível sem: Deus, força e coragem durante toda esta caminhada. O Senhor sabe o quanto fraquejei!

Prof^a Dr^a Áurea da Paz Pinheiro, exemplo de mulher incansável, sonhadora, realizadora, uma verdadeira inspiração!

Meu Fred, que de forma especial e carinhosa esteve sempre ao meu lado, oferecendo força e coragem, apoiando nos momentos de dificuldades com toda a sua alegria e bondade.

Minhas filhas, Marina e Roberta, pela compreensão quanto as minhas ausências e também pelas palavras mais sinceras: “vai dar certo”, “não chore”, “amo tu”.

Meus pais, Socorro e Herbert, pela minha existência. Mamãe obrigada por sempre acreditar que posso mais e por cuidar de mim todos os dias da minha vida. Amo a senhora!!! E a você, Papai, infelizmente não deu tempo.... Mas sei que onde quer que esteja estará feliz pelas minhas conquistas.

Minha irmã Kátia, cujo amor não cabe em meu coração. Dona de palavras precisas e carregadas de justiça!!! A meu precioso sobrinho e afilhado Arthur, tia está aprendendo!!!!

Os melhores sogros que alguém poderia ter... Marluce e Guaracy, vocês conhecem as minhas lutas!!

Prof^a Dr^a Rita de Cássia Moura Carvalho pelas valiosas orientações e colaborações a este trabalho.

Luciana e Elânio casal de minha maior estima, que acompanharam de perto!!! Obrigada pelo aconchego de sempre...

Flaviana Vêras, Rosa Karina, Cátia, Isadora, Jaqueline, Ivanilda, Werlanne, Gizela, Gabriela, Marina, Fábio, Victor, Moraes e Helder foi maravilhosa a nossa convivência!!!

Gardênia pela amizade, pioneirismo e disponibilidade...







O que vale na vida não é o ponto de partida
e sim a caminhada.
Caminhando e semeando, no fim
terás o que colher.

Cora Coralina







Resumo

A criação de projeto arquitetônico de reabilitação para novo uso social do antigo Grupo Escolar Deputado João Pinto materializa nossos estudos e intervenções. Revitalizar com o propósito de instalar o Museu da Vila e o Programa de Pós-Graduação, Mestrado Profissional, em Artes, Patrimônio e Museologia, da Universidade Federal do Piauí, no antigo edifício localizado na esquina da rua Antonieta Reis Veloso com a Rua José Quirino, no bairro Coqueiro, Luís Correia, Piauí, um dos dez municípios que integram a Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba. O Museu da Vila é uma concepção e coordenação do Programa de Pós-Graduação, que desde junho de 2018 funciona no antigo prédio, sem uso há mais de sete anos, o que o tornava suscetível a depredações e degradações. Propomos requalificação da edificação para uso socioeducativo e cultural do espaço, que possui uma localização geográfica privilegiada – a entrada principal do bairro, há 100 metros da orla da praia. O imóvel é de propriedade do Governo do Estado do Piauí e foi cedido pela Lei Estadual nº 7.178, de 9 de janeiro de 2019, para o Mestrado em Museologia da Universidade Federal do Piauí, hoje, Universidade Federal do Delta. No Projeto Arquitetônico consideramos além das marcas de identidade e memórias da antiga escola, de valor inestimável para os moradores, um plano de necessidades de uma sede de museu de território: uma sala de exposições, um núcleo de pesquisa, documentação e memória, uma sala multiuso, um espaço multiuso, um café, um depósito e dois banheiros PCD; bem como, a readequações nas fachadas e paisagismo para exposição de uma embarcação que fora usada na pesca artesanal do Bairro. O Projeto Arquitetônico segue as normatizações da ABNT NBR 6492/1994, NBR 9050/2015, NBR 16636-1/2017 e os condicionantes legais municipais, estaduais e federais. Elegemos como públicos privilegiados os moradores do bairro Coqueiro, vez que será um equipamento cultural em um lugar carente dessa natureza de serviços. O Museu da Vila, igualmente, oferecerá a pesquisadores e visitantes a possibilidade de desfrutarem dos ambientes, partilharem estudos e pesquisas multidisciplinares sobre o território. Será um espaço de ações e intervenções educativas e culturais, com foco nas pessoas, nos patrimônios e meio ambiente, associados, dentre muitas marcas de identidade, à pesca artesanal, construção de embarcações, artesanato de fibras de palmeiras locais, linha, madeira, argila, gastronomia e turismo de base comunitária.

Palavras-Chave: Museologia e Inovação Social; Arquitetura e Urbanismo; Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba; Patrimônio Cultural







Abstract

The creation of an architectural rehabilitation project for the new social use of the former School Group Deputy João Pinto, that materializes our studies and interventions, so that revitalizing for the purpose of installing the Museum of the Village and the Postgraduate Program, Professional Master's Degree in Arts, Heritage and Museology, of the Federal University of Piauí. The old building is located at the corner of Antonieta Reis Veloso Street and José Quirino Street, in the Coqueiro neighborhood, Luís Correia, Piauí. It is one of the ten municipalities that are part of the Environmental Protection Area (APA) Delta do Parnaíba. The Museum of the Village is a conception and coordination of the Graduate Program, which since June 2018 has been operating in the old building, unused for more than seven years, which made it susceptible to depredations and degradations. We propose the requalification of the building for socio-educational and cultural use of the space, which has a privileged geographical location - the main entrance of the neighborhood, there are 100 meters from the edge of the beach. The property is owned by the Government of the State of Piauí and was ceded by State Law No. 7,178, of January 9, 2019, to the Master's in Museology of the Federal University of Piauí. It is currently called Federal University of Delta. In the Architectural Project we consider beyond the marks of identity and memories of the old school, of inestimable value to the residents, a needs plan of a territory museum headquarters: an exhibition room, a nucleus of research, documentation and memory, a room multipurpose, a space multipurpose, a cafe, a storage room and two bathrooms PCD; as well as the implantation of pergolas to expand the exhibition areas, building signage, façade adjustments and the exposure of a vessel that was used in the neighborhood's artisanal fishing. The Architectural Project follows the norms of ABNT NBR 6492/1994, NBR 9050/2015, NBR 16636-1 / 2017 and the legal constraints of municipal, state and federal. We chose as privileged public the residents of the Coqueiro neighborhood, since it will be a cultural equipment in a place lacking this kind of services. The Museum of the Village will also offer researchers and visitors the opportunity to enjoy the surroundings, to share studies and multidisciplinary research on the territory. It will be a space of actions and educational and cultural interventions. It focuses on people, heritage and environment, associated, among many brands of identity, artisanal fishing, boat construction, local palm fiber crafts, line, wood, clay, gastronomy and community-based tourism.

Keywords: Museology and Social Innovation; Architecture and urbanism; Parnaíba Delta Environmental Protection Area; Cultural heritage.





Lista de Ilustrações

- Figura 1 - Mapa da APA do Delta do Parnaíba | 24
- Figura 2 - Localização das casas de veraneio na beira do mar | 26
- Figura 3 - Barreira visual. Casas de veraneio à beira mar | 26
- Figura 4 - Calçadas sem acessibilidade e lixos acumulados | 27
- Figura 5 - Fartura de peixes na Praia do Coqueiro | 28
- Figura 6 - Praça do Bairro, atividades Feira do Patrimônio, 2018 | 31
- Figura 7 - Praça do Bairro, atividades Feira do Patrimônio, 2018 | 31
- Figura 8 - Mapa de localização do município de Luís Correia | 35
- Figura 9 - Perímetro do Bairro Coqueiro | 35
- Figura 10 - Mapa do Zoneamento da Macrozona Urbana | 36
- Figura 11- Localização da Edificação | 37
- Figura 12 - Planta original do antigo Grupo Escolar Deputado João Pinto | 38
- Figura 13 - Planta Baixa Existente do Antigo Grupo Escolar Deputado João Pinto | 39
- Figura 14 - Banheiros em reforma posterior à construção | 39
- Figura 15 - Acesso principal à Escola | 40
- Figura 16 - Vista do Pátio Interno | 41
- Figura 17 - Vista da Diretoria | 41
- Figura 18 - Vista do Depósito | 42
- Figura 19 - Vista Interna do Banheiro 1 | 43
- Figura 20 - Vista Interna do Banheiro 2 | 43
- Figura 21 - Vista corredor de acesso as salas de aula | 43
- Figura 22 - Vista da primeira sala com suas divisórias | 44
- Figura 23 - Vista da segunda sala | 45
- Figura 24 - Fachada Frontal Original | 45
- Figura 25 - Fachada Frontal Original | 46
- Figura 26: Fachada Lateral Direita | 46
- Figura 27: Fachada Lateral Direita | 47
- Figura 28 - Mapa do Macrozoneamento do município destaque para a ZURIT II. | 48
- Figura 29: Uso do Solo proximidades do MUV | 50
- Figura 30 - Gabarito dos edifícios nas proximidades do Museu da Vila | 51
- Figura 31 - Casa de dois pavimentos na vizinhança imediata do Museu da Vila | 51
- Figura 32 - Flat Alô Brasil contendo 3 pavimentos nas proximidades do Museu da Vila | 52
- Figura 33 - Condomínios Brisa dela Mar e Solar do Coqueiro com 4 pavimentos nas proximidades do Museu da Vila | 52
- Figura 34 - Mapa do Sistema Viário da Macrozona Urbana | 53
- Figura 35 - Vias Coletoras do Coqueiro | 54
- Figura 36 - Vias Coletora e Locais do entorno da Edificação | 55
- Figura 37 - Vista do Pátio Aberto. Lixo e Sujeira acumulados | 71

Figura 38 - Estado de Conservação do Telhado e seus elementos. Sala de Aula 1	72
Figura 39 - Estado de Conservação do Telhado e seus elementos. Sala de Aula 2	72
Figura 40 - Porta do depósito em avançado processo de degradação	72
Figura 41 - Logomarca da ação social de junho de 2018	73
Figura 42 - Mutirão limpeza do antigo Grupo Escolar	73
Figura 43 - Muro com grafite com arte de rua. Autor: Denilson Oliveira	74
Figura 44 - Leitura BIBLIOSESC	75
Figura 45 - Croqui contendo organização geral dos espaços com os serviços	75
Figura 46 - Apresentação do Projeto de Arquitetura para novo uso social para o antigo Grupo Escolar Deputado José Pinto, hoje, sede do Programa, Museu da Vila e sede da Associação de Moradores do Bairro Coqueiro.	76
Figura 47 - Serviços médicos. Prefeitura Municipal de Luís Correia.	75
Figura 48 - Arte educação, Museu da Vila	77
Figura 49 - Arte educação, Museu da Vila	77
Figura 50 - Pintura Mural (arte de rua) para a Feira do Patrimônio, Museu da Vila	77
Figura 51 - Fachada Frontal com identidade visual das escolas estaduais - ANTES da revitalização	78
Figura 52 - Fachada Frontal com pintura do primeiro protótipo da identidade visual do MUV e painel pintado com temáticas da Comunidade - DEPOIS da revitalização	78
Figura 53 - Vista da esquina com outdoor - ANTES da Revitalização	79
Figura 54 - Vista da esquina sem outdoor e pintura do logotipo do MUV - DEPOIS da Revitalização	79
Figura 55 - Vista do pátio aberto - ANTES da Revitalização	80
Figura 56 - Vista do pátio aberto com as malhas tensionadas - DEPOIS da Revitalização	80
Figura 57: Vista do Corredor das salas de aula com nova pintura e mobiliário em paletes - DEPOIS da Revitalização	81
Figura 58 - Identidade visual do MUV	81
Figura 59: Exposição Por entre rio e mar	82
Figura 60 - Oficina de Percepção Visual e Maquetes	83
Figura 61 - Oficina de Percepção Visual e Maquetes	83
Figura 62 - Participantes da Oficina de Percepção Visual e Maquetes e a maquete da Igreja de Nossa Senhora do Livramento	83
Figura 63: Maquete da Igreja de Nossa Senhora do Livramento - Fachada Frontal	84
Figura 64 - Maquete da Igreja de Nossa Senhora do Livramento - Fachada Lateral Direita	84
Figura 65 - Desenho Livre do Estádio Cascudão e seu entorno	85
Figura 66 - Desenho Livre do Perímetro da Praça Principal e equipamentos comunitários	85
Figura 67 - Esquema de Insolação do Edifício	93
Figura 68 - Esquema de ventilação do Edifício	97
Figura 69 - Planta Baixa Térreo MUV	98
Figura 70 - Pátio Coberto - Área de Convivência e Exposição	99
Figura 71 - Pátio Descoberto - Área de Convívio	99
Figura 72 - Sala Multiuso	100
Figura 73 - Sala Multiuso	100
Figura 74 - Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória	101

Figura 75 – Laboratório audiovisual	101
Figura 76 – Coordenação do Mestrado	102
Figura 77 – Café no Museu	103
Figura 78 – Laboratório de Produção Audiovisual	103
Figura 79 - Planta de Cobertura MUV	103
Figura 80 - Proposta para Fachada Frontal do MUV	103
Figura 81 - Proposta para Fachada Lateral Direita do MUV	104
Figura 82 – Planta do Segundo Pavimento MUV	105
Figura 83 - Espaço Multiuso no Segundo Pavimento do MUV	105

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Anexo II: Quadro de atividades permitidas e índices de ocupação do solo por zonas de uso	50
Tabela 3 - Programa de Necessidades do MUV	90

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Gráfico de temperaturas e precipitações médias de Luís Correia	91
Gráfico 2 - Gráfico de Temperatura de Luís Correia	92
Gráfico 3 - Gráfico climatológicos para Luís Correia	92
Gráfico 4 - Estudo de Insolação das Fachadas Nordeste	94
Gráfico 5 - Estudo de Insolação das Fachada Noroeste	94
Gráfico 6 - Estudo de Insolação das Fachada Sudeste	95
Gráfico 7 - Estudo de Insolação das Fachada Sudoeste	95
Gráfico 8 - Velocidade dos ventos em Luís Correia	96
Gráfico 9 - Direção dos ventos em Luís Correia	97



Lista de Siglas

- ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas
APA – Área de Proteção Ambiental
GRE – Gerência Regional de Educação
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MRIAT – Macrozona Rural de Interesse Ambiental e Turístico
MUDE – Museu do Delta do Parnaíba
MUV – Museu da Vila
NBR – Norma Brasileira
PPGAPM – Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia
SEDUC – Secretaria Estadual de Educação
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UFDPAr – Universidade Federal do Delta do Parnaíba
ZURIT II – Zona de Zona de Uso Residencial e Especial Interesse Turístico II
UC – Unidade de Conservação
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



Sumário

1 INTODUÇÃO | 23

- 1.1 Primeiras Notas | 23
- 1.2 Públicos | 25
- 1.3 Problema | 25
- 1.4 Objetivos | 29
 - 1.4.1 Geral | 29
 - 1.4.2 Específicos | 29
- 1.5 Etapas | 30
- 1.6 Justificativa | 30

2 ESTUDO DE CONTEXTO | 35

- 2.1 Área de Estudo | 35
- 2.2 Análise do Prédio | 38
- 2.3 Zoneamento Urbanístico | 47
- 2.4 Uso e Ocupação do Solo | 49
- 2.5 Gabarito | 51
- 2.6 Sistema Viário | 52

3 REVISÃO DE LITERATURA | 57

- 3.1 Arquitetura Escolar no Brasil | 57
- 3.2 O Museu da Vila e a Nova Museologia | 59

4 MÉTODOS E TÉCNICAS | 69

5 NOVO OLHAR SOBRE O ANTIGO PRÉDIO | 71

- 5.1 Processo de Revitalização do Prédio | 71
- 5.2 Oficina de Percepção Espacial e Maquetes | 82

6 PROPOSTA ARQUITETÔNICA DE REABILITAÇÃO DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR DEPUTADO JOÃO PINTO | 87

- 6.1 Programa de Necessidades | 90
- 6.2 Clima de Luís Correia | 91
 - 6.2.1 Estudo de Insolação | 93
 - 6.2.2 Estudo de Ventilação | 96
- 6.3 Partido Arquitetônico | 98

7 CONCLUSÃO | 107

REFERÊNCIAS | 109



1 INTRODUÇÃO

1.1 Primeiras Notas

Este é o relatório final do projeto de pesquisa-ação “MUSEU DA VILA: projeto arquitetônico de reabilitação para novo uso social, do antigo Grupo Escolar Deputado João Pinto, construído pelo governo do Estado do Piauí na década de 1980, no Bairro Coqueiro, município de Luís Correia, Brasil.

Materializa-se em investigação e ações, pesquisa qualitativa, nomeadamente, a pesquisa-ação, associada ao conceito de museologia e inovação social, com temas, problemas e abordagens que orientam os projetos e intervenções do Programa de Pós-Graduação, que se firma na construção participativa e colaborativa de agentes públicos, privados e sociais na Área de Proteção Ambiental APA Delta do Parnaíba.

É parte do Projeto Matriz do Mestrado, que tem como objetivo a implantação do Ecomuseu Delta do Parnaíba (MUDE), em andamento, formado por um conjunto de projetos-ação.

O MUDE foi idealizado pelo Programa em parceria com a Associação de Moradores do Bairro Coqueiro (AMBC) e com o apoio do Governo do Estado do Piauí; Prefeitura Municipal de Luís Correia; Instituto Tartarugas do Delta (ITD); Serviço Social do Comércio (SESC), instituições que realizam projetos e ações socioeducativas na APA Delta do Parnaíba e prestam serviços às comunidades locais no que se refere a ações socioeducativas para conhecimento, (re) conhecimento e preservação do patrimônio cultural.

Segundo Pinheiro (2017), “[...] no Projeto Matriz adotamos o conceito de Rede de Museus, que se firma na existência de equipamentos culturais autônomos, mas que somam esforços e otimizam recursos humanos e materiais de forma a permitir organicidade no planejamento e execução de plano estratégico”. As redes favorecem a existência sistemática e a qualificação dos equipamentos culturais – neste caso museus de território, cuja natureza é a participação das comunidades locais e de diversos agentes.

O Ecomuseu é uma forma de fazer museologia integral e integradora, com e para as comunidades ribeirinhas e praieiras que habitam a APA Delta do Parnaíba, bioma marinho costeiro, com 307.590,51 hectares, criada por decreto fede-

ral s\n. de 28.08.1996, Unidade de Conservação (UC), coordenada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), CR5, cidade de Parnaíba, Piauí.

Da APA Delta do Parnaíba (Figura 1) fazem parte os municípios de Barroquinha e Chaval, no Estado do Ceará; Araiozes, Água Doce, Tutóia e Paulino Neves, no Maranhão; Cajueiro da Praia, Luís Correia, Parnaíba e Ilha Grande, no Estado do Piauí. Pela natureza do território (UC), a coordenação do Programa optou pelo conceito de Ecomuseu, uma natureza de museu polinuclear, que adota o conceito de rede, tipologia que nos serve como base de integração entre agentes públicos e sociais a serviço do desenvolvimento educacional, sociocultural, ambiental e econômico para a região, em uma perspectiva mais ampla no campo da museologia e inovação social - uma museologia de território, comunitária.

O Município sede da pesquisa é Luís Correia, situado ao norte do Estado do Piauí. É um dos quatro municípios litorâneos e também um dos mais visitados por turistas e banhistas ao longo de todo o ano. Encontra-se a 18 km de Parnaíba e a 355 km da capital Teresina.

Dentre os bairros de Luís Correia, o Coqueiro se destaca por ter um urbanismo consolidado e infraestrutura composta por ruas pavimentadas, água canalizada, energia elétrica, escola, creche, campo de futebol, bares, restaurantes, hotéis e pousadas. Foi destaque na região pela produção artesanal do pescado, porém nas últimas décadas a economia extrativista foi enfraquecida pela pesca predatória comercial e industrial.

Figura 1 – Mapa da APA do Delta do Parnaíba



Fonte: Víctor Veríssimo, 2019

Nossos estudos e intervenções objetivaram a requalificação do antigo Grupo Escolar para a implantação de um dos polos do MUDE, o Museu da Vila. Consi-

deramos o conceito de arquitetura sustentável, o qual segundo a Agenda 21 para a Construção Sustentável (2002) estabelece que os desafios, além de ecológicos, também são atingir gradativamente as metas que se incluem nas dimensões socioculturais na arquitetura e também deve se adequar às necessidades, prioridades e características de cada lugar. Vemos, assim, chegar a um enfoque ético, contribuindo através da arquitetura, principalmente para a igualdade social, preservação da cultura e tradições, acessibilidade e desenvolvimento local.

Além disso, essa arquitetura se preocupa com todo o ciclo de vida do edifício: desde onde vem o material empregado na construção, como esse material chega ao canteiro de obras, todo o processo da obra, até as atividades que devem acontecer dentro do edifício, posteriores à sua construção. Portanto, uma arquitetura atenta e sensível ao programa de necessidades de um espaço dessa natureza, para abrigar além do museu, o programa de pós-graduação e suas ações diretas no território no campo da museologia e inovação social.

1.2 Públicos

O projeto-ação tem como públicos privilegiados os residentes do bairro Coqueiro, os usuários do Museu da Vila, que além de desfrutarem de um novo espaço de lazer, cultura e educação, poderão se (re)conhecer, valorizar e preservar o patrimônio cultural. O Museu da Vila é uma realidade e funciona como um lugar de partilha dos moradores com alunos e professores do mestrado a realizarem estudos e intenções multidisciplinares e multiprofissionais no e sobre o território. Esse trabalho beneficiará pesquisadores de áreas diversas do saber; visitantes do entorno e turistas, que terão um edifício como porta de entrada para se conhecer e valorizar o território da APA Delta do Parnaíba.

1.3 Problema

O bairro possui um rico e complexo patrimônio cultural, recursos naturais e infraestrutura urbana básica, mas fragilizada; o ambiente está vulnerável a um turismo não planejado, que coloca em risco a fauna, a flora e patrimônio cultural.

A evolução urbana e seus problemas são semelhantes às cidades costeiras brasileiras. Há a supervalorização da faixa lindeira à praia (Figura 2), outrora ocupada por famílias pescadores artesanais, hoje casas de veraneio de médio e alto padrão, recorrentes em metrópoles brasileiras. Porém o que caracteriza o bairro é o fato dessas habitações permanecerem a maior parte do ano fechadas, sem uso; ser a orla da praia lugar de nidificação (desova) de tartarugas marinhas, espécies em extinção.

Figura 2 – Localização das casas de veraneio na beira do mar



Fonte: Karina Cadena, 2018

Algumas dessas edificações de veraneio foram construídas sem considerar a linha de praia-mar; houve uma ocupação desordenada, o que ocasionou uma barreira visual entre a vila e o mar (Figura 3), e que impede ao visitante e ao morador desfrutarem de uma perspectiva natural do mar, da vida cotidiana dos pescadores artesanais que resistem à especulação imobiliária que os desterritorializam.

Figura 3 – Barreira visual. Casas de veraneio à beira mar



Fonte: Karina Cadena, 2018

Percorrer o bairro não é tarefa fácil, sobretudo nos períodos de férias (janeiro, fevereiro e julho). O turismo de sol e praia, potencialidade do local, cresce de forma desordenada e sem planejamento, impactando e trazendo sérias transformações negativas nos modos de vida dos residentes, o que inclui poluição sonora, acúmulo de lixo etc. A deficiência das calçadas (Figura 4), os poucos estacionamentos públicos e privados ocasionam ao transeunte riscos de vida com o movimento dos automóveis, motos e bicicletas. Nos períodos de férias (alta temporada), o bairro recebe turistas de vários estados do Brasil, o que potencializa os problemas já existentes.

O bairro enfrenta problemas relacionados à coleta de lixo, iluminação pública, segurança, acessibilidade, mobilidade, pavimentação etc.

Figura 4 – Calçadas sem acessibilidade e lixos acumulados



Fonte: Karina Cadena, 2018

A construção e manutenção de casas de alto padrão para veraneio fragilizam os modos de saber-fazer dos pescadores artesanais; profissão de homens e mulheres, jovens, adultos e idosos, que aderem ao trabalho como caseiros. Segundo os residentes, é um “ganho” certo, há menos riscos que a pesca artesanal - “é um dinheiro certo e não preciso me arriscar no mar”; portanto, há mudanças de comportamento em curso avançado há mais de 40 anos.

A pesca predatória é proibida pela Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Avesso a esse dispositivo, essa cultura é facilmente percebida nos litorais brasileiros e, no bairro Coqueiro não é diferente. Essa natureza de pesca ocorre em alto mar e compromete a fauna marinha, interfere nas relações humanas com o ecossistema. Há alterações, que provocam o desaparecimento dos peixes, por conseguinte, da

pesca artesanal, que foi um dia a principal atividade econômica da comunidade, motivo de orgulho (Figura 5), hoje está em risco. Dizem os pescadores “o peixe tem desaparecido”; “o motor dos barcos grandes espanta o peixe”.

Figura 5 – Fartura de peixes na Praia do Coqueiro



Fonte: Acervo particular disponibilizado pelos moradores aos alunos do mestrado

Segundo dados do Ministério do Turismo (2010), em Luís Correia e Ilha Grande, em dois dos quatro municípios do litoral piauiense existem 63 barcos motorizados e 60 à vela. Ao inventariarmos as canoas do bairro Coqueiro, identificamos uma redução na quantidade de pescadores, principalmente os artesanais; entre 2015 a 2019, de 30 canoas apenas existem 15 em atividade (PINHEIRO, 2010)

Há fragilidades no planejamento urbano e vulnerabilidade na renda com o pescado, o que afeta sobremaneira os moradores, sem perspectivas, desmotivados. Há problemas associados a drogas lícitas e ilícitas, prostituição, assaltos etc. Há baixa estima, fragilidades de relações humanas, identidade, pertencimento, sentimento de comunidade, valor dados às memórias individuais e coletivas.

A Declaração do México (1985, p.2) informa que “[...] a identidade cultural é uma riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da espécie humana ao mobilizar cada povo e cada grupo a nutrir-se de seu passado e a colher as contribuições externas compatíveis com a sua especificidade e continuar, assim, o processo de sua própria criação”.

Acreditamos que a falta de percepção e valorização das identidades locais, a ausência de (re)conhecimento da importância dos patrimônios, percepção do valor cultural, da necessidade de garantir a ressignificação das relações passado-presente-futuro são problemas-chave neste território. Concordamos com

Casalarde (2014, p. 227), para quem a “[...] identidade não deve ser entendida como um conceito absoluto, preexistente e congelado, mas sempre relacional, calcado na ação presente e na compreensão da sua diversidade e transformação.”

Os desafios que nos impõe como arquiteta e urbanista, ao adentrar o campo de estudos e intervenções em museologia é associar, compreender e implementar conceitos e métodos da arquitetura e urbanismo com foco na reabilitação de um edifício emblemático para essa comunidade, o que justifica o seu novo uso social, no caso deste projeto para funcionamento do Museu da Vila, um museu de território, um núcleo (polo) museológico do MUDE.

A arquitetura tem a capacidade de produzir o impensável, em um contexto totalmente diferente daquele em que está inserida, quebrando a nomenclatura do meio, reproduzindo um novo olhar para determinada área.

Se considerarmos o modo como as formas arquitetônicas se articulam para resolver a crescente complexidade funcional e representativa do museu contemporâneo, poderemos detectar uma série relativamente limitada de posições diversas. Cada uma delas desenvolve determinados mecanismos e estratégias formais, tanto no caso das intervenções no patrimônio, quanto naquele dos edifícios de planta nova na cidade ou projetos inseridos na paisagem. (MONTANER, 2003, p.10).

A arquitetura tem um papel de transpor uma linguagem em forma projetual, a fim de se comunicar com o meio e atrair a população para o novo. Nessa zona de cruzamento entre o lazer e a aprendizagem, onde residem alguns dos espaços mais promissores para o desenvolvimento de novos paradigmas de atuação, se tem “[...] colocado às instituições culturais novos desafios e aberto oportunidades para o desenvolvimento de novas estratégias de relacionamento com os públicos, repensando e (re)equacionando os espaços e as formas para este encontro.” (SILVA, 2000, p. 22)

1.4 Objetivos

1.4.1 Geral

Elaborar um Projeto arquitetônico de requalificação para novo uso social para o antigo Grupo Escolar Deputado João Pinto, localizado na esquina da rua Antonieta Reis Veloso com Rua José Quirino, no bairro Coqueiro em Luís Correia, Piauí, Brasil, sem uso social há mais de sete anos.

1.4.2 Específicos

A. Propor um plano de uso para o prédio do antigo Grupo Escolar, traduzido em um Projeto arquitetônico de requalificação para abrigar o Museu da Vila e a sede do Mestrado em Museologia;

B. Realizar oficinas de percepção visual e maquetes no próprio edifício, para dialogar com a comunidade sobre o projeto e sobre a importância do prédio para a memória social;

C. Estimular a aproximação do espaço pelas pessoas de forma a usarem para fins de educação, cultura e lazer, de gestão participativa e coletiva do Patrimônio Cultural.

1.5 Etapas

O trabalho ocorreu em três etapas:

A primeira, após a identificação das características do antigo Grupo Escolar Deputado João Pinto e a confirmação de que não havia planos para requalificação do prédio, que estava sempre fechado, sem uso. Formamos a primeira equipe, que uniu esforços para promover mudanças na realidade daquele bem público. Inicialmente, a UFPI | PPGAPM | Coordenação provocaram os órgãos estaduais para obterem a cessão de uso do edifício. Toda a demanda do pedido de cessão foi assumida pela UFPI, agora UFDPAr, criada em 11 de abril de 2018, pela Lei nº 13.651. A Secretaria Estadual de Educação e Gerência Regional de Educação, prestaram as informações jurídicas e de infraestrutura referentes à propriedade, o que inclui o seu uso em dada anterior a 2018. O deputado Dr. Hélio Oliveira apresentou projeto de lei e a Secretaria de Governo ratificou os pareceres das comissões da Assembleia Legislativa, formada por Deputados Estaduais, que votaram favoravelmente à cessão da antiga escola; o governador Wellington Dias sancionou a lei nº 7.178 de 9 de janeiro de 2019, que autorizou a cessão de uso do imóvel para a UFPI - PPGAPM.

Na segunda, elaboramos um estudo preliminar, complementado com orçamento, cronograma e memorial descritivo, para apresentarmos as primeiras ideias para novo uso social do edifício. Do trabalho participaram uma arquiteta (autora deste projeto-ação), dois estagiários, um engenheiro civil e um engenheiro calculista.

A terceira etapa, na condição de autora do projeto arquitetônico ouvi as sugestões para aperfeiçoamento da proposta. Desta etapa participaram uma museóloga, dois arquitetos e minha orientadora.

1.6 Justificativa

O antigo edifício teve sua função social ligada à educação. Faz parte da memória individual, coletiva e afetiva da comunidade. Muitos moradores estudaram, aprenderam a ler e escrever na antiga escola. A atividades foram

encerradas em 2011 e, desde aquela época, o edifício público, pertencente a Secretaria Estadual de Educação ficou fechado.

O bairro Coqueiro é carente de atividades culturais, a maioria das atividades de lazer são realizadas na praça principal onde está localizada a igreja católica de Nossa Senhora do Livramento (Figuras 6 e 7); há ainda o estádio Cascudão e, para nossa surpresa, com menos frequência, na praia.

Figura 6 – Praça do Bairro, atividades Feira do Patrimônio, 2018



Fonte: Áurea Pinheiro, 2018

Figura 7 – Praça do Bairro, atividades Feira do Patrimônio, 2018



Fonte: Áurea Pinheiro, 2018

Da parceria da Coordenação do Programa com a Assembleia Legislativa e Governo do Estado resultou a cessão por lei do prédio à UFPI, o que justifica um projeto desta natureza que propõe novo uso social para o espaço, o

que trará manutenção frequente, integridade estrutural e minimização dos problemas relacionados a vulnerabilidade urbana.

O antigo grupo escolar ao se tornar sede do Museu da Vila e do Programa de Pós-Graduação potencializa este projeto e estimula a participação dos residentes nas novas atividades socioeducativas e de lazer do museu que o espaço já está a proporcionar desde junho de 2018.

Pela natureza do museu, pretendemos que sua vocação seja dinamizar o conhecimento e reconhecimento do patrimônio cultural da região, contribuindo para a divulgação e sustentabilidade do território da APA Delta do Parnaíba. O museu já está a se afirmar como um espaço de lazer, cultura, de formação e de interpretação do patrimônio cultural.

Para Georges-Henri Rivière, o museu é “[...] uma instituição a serviço da sociedade que adquire, conserva, comunica e expõe com a finalidade de aumentar o saber, salvaguardar e desenvolver o patrimônio, a educação e a cultura, bens representativos da natureza e do homem.” (Apud GIRAUDY, 1990, p.11)

O museu é um equipamento cultural, de educação não formal, um espaço onde os usuários e visitantes participem de atividade no próprio edifício, mas que realizem percursos mediados no território, a partir do museu; que comunicará por meio de linguagens diversas os recursos do território, os patrimônios e as pessoas. A interpretação do patrimônio cultural, acrescenta valor à experiência dos usuários e visitantes, despertando-lhes uma consciência ambiental e de preservação dos patrimônios locais (cultural e ambiental). É notória a importância desse equipamento público para a afirmação de identidades e memórias, da comunidade de moradores da APA do Delta do Piauí.

A arquitetura está em todos os lugares: ela estrutura os espaços onde trabalhamos e existimos. A arquitetura não se resume a prédios individuais – ela também inclui os espaços entre eles e ao redor deles, bem como as cidades nas quais eles geralmente se inserem. A tecnologia e os materiais determinam a arquitetura em termos da construção e criação de edificações. Nosso meio é um ambiente dinâmico no qual a substância de nossos prédios está em constante mudança, assim como as expectativas que temos para a arquitetura. (FERRELLY, 2014a, p.182)

A elaboração do projeto arquitetônico de requalificação para novo uso do edifício está a promover a melhoria nas ações do museu, um museu de território e núcleo museológico do MUDE, que permite a concretização da função social do museu da vila, auxiliando no desenvolvimento intelectual e das relações das pessoas umas com as outras, através do desenvolvimento dos



Projeto Arquitetônico de Reabilitação para Novo Uso Social | 33
do Antigo Grupo Escolar Deputado João Pinto Bairro Coqueiro | Luís Correia | Piauí

sentidos, capacidade de pensamento crítico, auxiliando na produção e integração do conhecimento, educação e cultura. Portanto, acreditamos como Farrelly (2014b), que a arquitetura pode, neste caso, auxiliar o museu da vila a ser um agente transformador em diversos aspectos





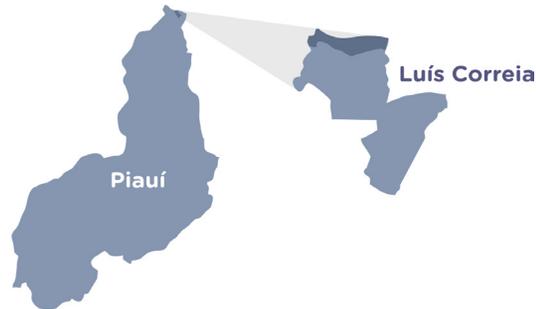
34 | **Projeto Arquitetônico de Reabilitação para Novo Uso Social**
do Antigo Grupo Escolar Deputado João Pinto Bairro Coqueiro | Luís Correia | Piauí



2 ESTUDO DO CONTEXTO

2.1 Área de Estudo

Figura 8 – Mapa de localização do município de Luís Correia



Fonte: Fonte: Googlemaps. Editado por Vítor Veríssimo, 2019

Para estudos e intervenções escolhemos Luís Correia, bairro Coqueiro (Figura 8). Luís Correia começou a ser povoada por volta de 1820; originalmente era a Vila da Amarração, apenas em 1935 passou a ser Luís Correia, em homenagem ao morador, o Senhor Luís de Moraes Correia. Destacou-se na história do Piauí por ter sido o primeiro município a alforriar os escravos, por iniciativa de Joaquim Rodrigues da Costa, Comendador das Rosas, que libertou os 14 negros que escravizava em sua propriedade. A cidade já esteve sob a jurisdição do estado do Ceará, mas no ano de 1880 voltou a pertencer ao estado do Piauí, após oferecer em troca os municípios de Independência e Príncipe Imperial, hoje à região de Crateús e Independência.

No mapa abaixo (Figura 9), perímetro do bairro.

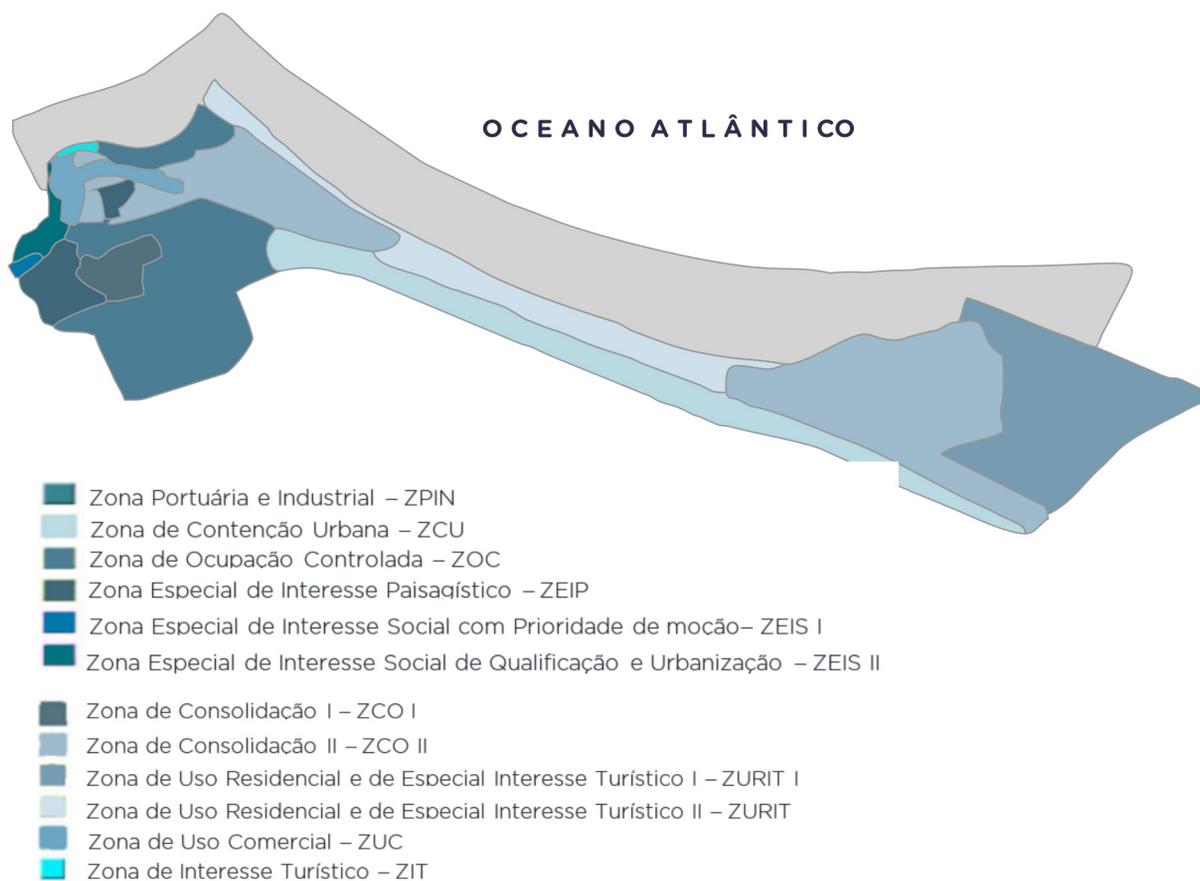
Figura 9 – Mapa de localização do município de Luís Correia



Fonte: Vítor Veríssimo, 2018

O bairro é um território de turismo bastante procurado, o que se justifica por atividades voltadas ao segmento de sol e praia. Segundo o Plano Diretor do Município de Luís Correia, Lei nº 695/10, a região do Coqueiro da Praia está localizada na porção leste do município, dentro da Macrozona Rural de Interesse Ambiental e Turístico – MRIAT (Figura 10), abrangendo o trecho da APA Delta do Parnaíba, que está em território municipal.

Figura 10 – Mapa do Zoneamento da Macrozona Urbana



Fonte: Plano Diretor da cidade de Luís Correia, editado por Víctor Veríssimo, 2019

O antigo Grupo Escolar Deputado João Pinto está localizado na entrada principal do Bairro Coqueiro da Praia, a 100 metros da orla da praia, na esquina da rua Antonieta Reis Veloso com rua José Quirino, Luís Correia (Figura 11). A edificação pertencia à Secretaria de Educação do Piauí – SEDUC. Após a construção de uma nova escola no bairro, com uma infraestrutura mais adequada para a demanda educacional e passível de ampliações, localizada em área de expansão do bairro, a Escola Carmosina Martins da Rocha, projetada para atender o ensino de fundamental menor e maior (1º ao 9º ano). Por esse

motivo, o antigo Grupo Escolar ficou sem função social, não mais atendia aos objetivos da SEDUC. Uma ampliação seria inviável pela sua localização central e também pelo tamanho do terreno.

Figura 11 – Localização da Edificação



Fonte: mymaps. Modificado pela autora e Vinícius Monteiro. 2019

Diante dessa realidade, a Coordenação do Mestrado em Museologia protocolou junto ao gabinete do Deputado Dr. Hélio Oliveira, um pedido de projeto de lei para cessão do edifício. Colaboramos neste processo com estudos preliminares das primeiras ideias para a requalificação do espaço. O processo de cessão já está concluído e neste momento estamos a protocolar junto à Prefeitura da Universidade Federal do Piauí documentos para iniciar o processo de licitação da obra. A Coordenação do Programa está buscando, igualmente, parcerias público-privadas-sociais para sustentabilidade do Programa e Museu da Vila.

O Grupo Escolar Deputado João Pinto foi construído na década de 1980, para funcionar o ensino de 1º grau, hoje fundamental menor, posteriormente Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, até 2011 funcionou o pré-escolar. A nossa pesquisa objetivou a elaboração do projeto arquitetônico de requalificação desse edifício, sem uso por mais de sete anos, suscetível às depredações e degradações. Embora fechada, a escola ainda fazia parte do imaginário coletivo do bairro. Nos relatos orais dos moradores, percebemos a atribuição de

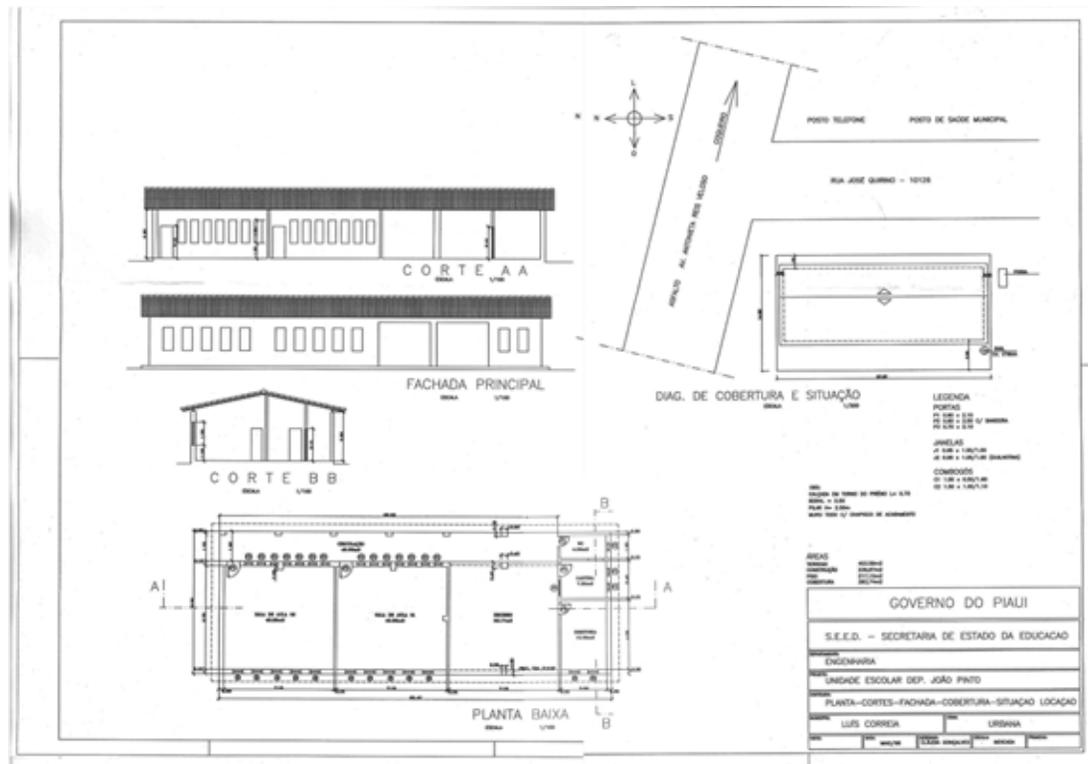
sentidos e significados ao edifício, como lugar de formação, onde aprenderam a ler e escrever, lugar que acolheu seus filhos e netos.

2.2 Análise do Prédio

Nesta seção, passamos a descrever o projeto arquitetônico original do prédio e no item 5 - Novo Olhar sobre o Prédio, abordaremos a condição física da estrutura recebida da SEDUC e as ações de manutenções e atividades socioeducativas já desenvolvidas no local, hoje, sede do Programa, Museu da Vila e sede da Associação de Moradores do Bairro Coqueiro da Praia.

O plano de necessidades do projeto arquitetônico original foi determinado pela SEDUC (Figura 12). Havia um funcionograma básico com espaços administrativos e de serviços gerais (diretoria, cantina e depósito); lazer (pátios aberto e coberto e banheiros) e educativo (duas salas de aula). O funcionograma ao se transformar em projeto de arquitetura, assemelha-se à planta padrão utilizada em muitas escolas do Estado, que tem suas variações principalmente na atenção ao programa de necessidades de uma instituição de ensino até 2000, número de alunos e terreno para a implantação.

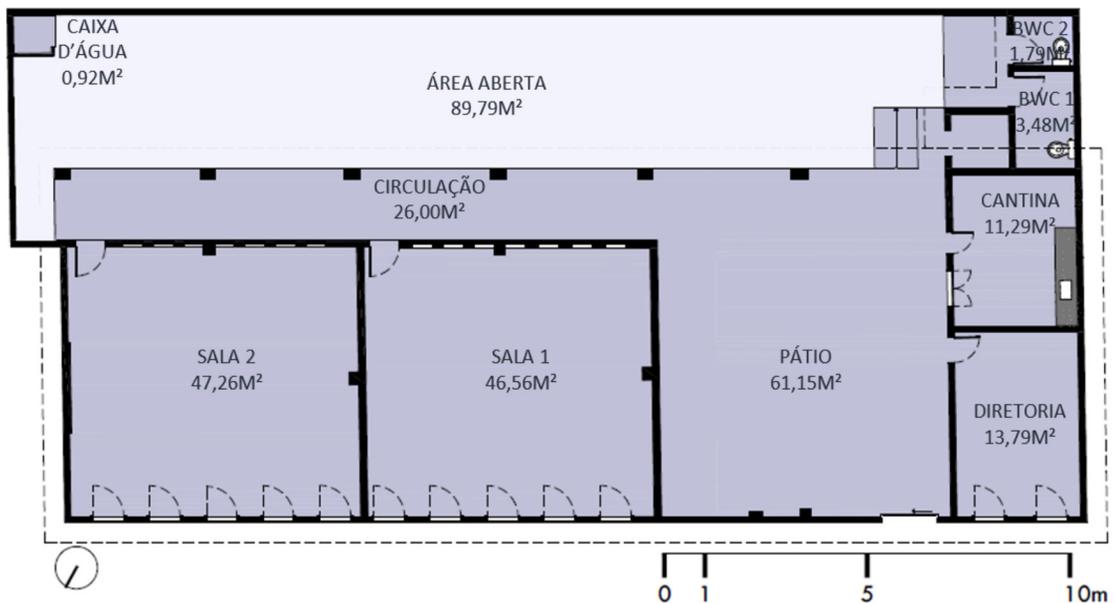
Figura 12 – Planta original do antigo Grupo Escolar Deputado João Pinto



Fonte: SEDUC. 2016

A visita in locu e a comparação com a planta original fornecida pela SEDUC, nos permitiu observar que existiam contradições entre as informações. Na construção existem acréscimos (depósito e banheiro), cremos que essas áreas foram subtraídas da cantina e banheiro propostos originalmente (Figura 13). Não localizamos projeto contendo essas alterações, mas o levantamento métrico e fotográfico nos possibilitou registrar como o prédio se encontra hoje (Figura 14). Conseguimos gradativamente reconstruir a história da edificação.

Figura 13 – Planta Baixa Existente do Antigo Grupo Escolar Deputado João Pinto



Fonte: Levantamento métrico realizado pela autora. 2018

Figura 14 – Banheiros em reforma posterior à construção



Fonte: Karina Cadena. 2018

Conforme dados contidos na prancha original, o antigo Grupo Escolar possuía um terreno de 403,59m², área total de construção 236,87m², área de piso 217,12m², área cobertura de 283,74 m² e área descoberta de 119,85m².

A entrada principal do edifício é na rua José Quirino, por um portão de correr confeccionado em madeira com pintura que estava envelhecida, mas foi recuperada pela coordenação do Mestrado (Figura 15). Anteriormente havia um cadeado que não garantia a segurança do prédio.

Figura 15 – Acesso principal à Escola



Fonte: Karina Cadena. 2018

A calçada de acesso ao prédio está em desconformidade com a NBR 9050/18, seja pela falta de inclinação mínima permitida, ou pela ausência de corrimãos. É confeccionada em cimento bruto e a 0,22m acima da rua e largura de 0,70m edificado e mais 1,50m até chegar ao meio-fio que delimita a rua (figura 15). Acessar o prédio é um desgaste principalmente para aqueles que fazem uso de bengalas, cadeiras de roda, próteses, dentre outros. Outro elemento complicador para o acesso do edifício é um poste da rede elétrica localizado na esquina em um trecho da calçada estreito.

Na entrada do edifício há um pátio coberto onde se destaca uma tesoura em madeira, elemento construtivo do telhado. Essa estrutura está assentada em uma coluna executada em tijolos manuais medindo 40x40 cm; presas a ela havia uma luminária e ventiladores de teto (Figura 16).

O piso é em cimento queimado frisado pintado na cor de concreto, com trechos desgastados pela ação do tempo. Do lado direito estão a porta de entrada da Diretoria, porta e janela da Cantina, porta do Depósito e uma pia afixada

na parede. No lado esquerdo há a parede da primeira sala de aula, não possui aberturas que acompanhem a empena do telhado; seguindo adiante, chegamos ao corredor das salas de aula (Figura 16).

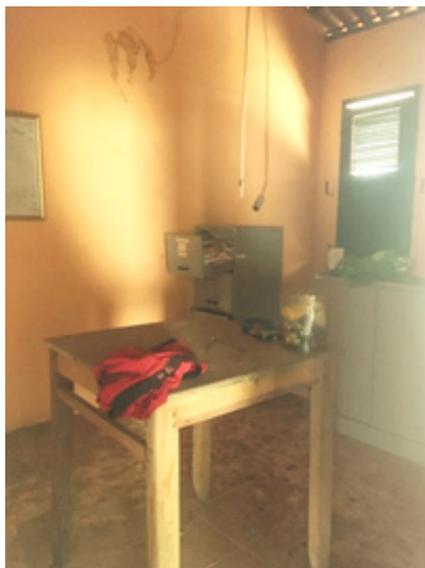
Figura 16 – Vista do Pátio Interno



Fonte: Cássia Moura, 2017

A Diretoria é a primeira sala da edificação mede 4,52x3,00m, perfazendo 13,56m². possui duas janelas do tipo veneziana de abrir pintadas na cor azul (Figura 17). Telhado aparente contendo luminária do tipo calha e ventilador de teto. Piso semelhante ao do pátio coberto.

Figura 17 – Vista da Diretoria



Fonte: Áurea Pinheiro. 2018

A Cantina é um espaço retangular de 11,29m² está revestido até a metade da parede com cerâmica. Possui um balcão de mármore com pia em esmalte. A iluminação e ventilação são por dois cobogós de concreto, voltados para a área externa da edificação. O acesso é realizado pelo pátio coberto através de porta de madeira. Há janela tipo veneziana de madeira de duas folhas, local onde eram servidas as merendas.

O Depósito faz parte da área de ampliação possui uma área de 1,90m². O espaço não contém ventilação e a porta de entrada mede 60cm. As paredes são revestidas com cerâmica até a altura de 1,20m (Figura 18).

Figura 18 – Vista do Depósito



Fonte: Áurea Pinheiro. 2018

Os banheiros não possuem barras laterais, pias internas, vasos com alturas para transferência para cadeirantes, portas de entrada com aberturas externas e revestimento cerâmico na metade da parede (Figuras 19 e 20). Os banheiros estão em desconformidade NBR 9050/18. Os acessos são pelo pátio aberto o que dificulta o uso no período de chuva. O banheiro 1 é menor possui uma área de 1,80m² e o banheiro 2 de 3,40m².

Figura 19 (esquerda) e Figura 20 (direita) – Vistas internas dos banheiros



Fonte: Karina Cadena. 2018

À esquerda no pátio coberto está o corredor de acesso às salas de aula (Figura 21). Parte do piso é em cimento queimado frisado e outra em granilite. Há 5 colunas de 40x40cm executadas em tijolo maciço. Voltado para o corredor estão os cobogós em concreto parte da ventilação cruzada das salas de aula.

Figura 21 – Vista corredor de acesso as salas de aula



Fonte: Karina Cadena. 2018

O edifício possui duas salas de aulas. A primeira possui piso em granilite, estrutura de telhado aparente, cinco janelas tipo veneziana de abrir; há uma particularidade, a presença de muretas que garantem a privacidade das salas quando da abertura das janelas, pois esses espaços estão voltados para uma das principais ruas do bairro, onde há um fluxo intenso de pessoas, automóveis, motos, ônibus. Para complementar a ventilação cruzada, existem sete cobogós em concreto. A iluminação artificial se dá por lâmpadas fluorescentes tipo calha e para a ventilação também artificial foram instalados dois ventiladores de teto. Pela presença de divisórias em alvenaria (Figura 22), cremos havia um projeto de laboratório de informática.

Figura 22 – Vista da primeira sala com suas divisórias



Fonte: Karina Cadena. 2018

A segunda sala é semelhante a primeira: estrutura de telhado aparente, sete janelas tipo veneziana de abrir, com muretas. Há sete cobogós em concreto (Figura 23). A iluminação artificial de lâmpadas fluorescentes tipo calha e ventilação artificial, foram instalados dois ventiladores de teto. As diferenças estão no piso, esse é em cimento queimado frisado e não há divisórias. Registramos a presença de um quadro de giz executado na parede do lado direito desta sala, que já foi restaurado pela professora Elenilce Morão.

Figura 23 – Vista da segunda sala



Fonte: Karina Cadena. 2018

As fachadas foram executadas em materiais tradicionais, alvenaria com pintura tipo caiçação nas cores branco e azul. A pintura já estava bastante desgastada e desbotada devido à proximidade da beira do mar e da ação das intempéries. Toda a pintura foi realizada no prédio em maio de 2018. Por se tratar de uma construção datada da década de 80 não constam afastamentos frontais e laterais, o que é uma exigência para as novas construções segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo nº 697/10.

A fachada frontal (Figura 24) voltada para a rua José Quirino é composta por doze janelas do tipo veneziana em madeira, ainda em bom estado de conservação, pintadas em esmalte sintético na cor azul e gradis de proteção em avançado estado de oxidação, influência da maresia. Está refletido nesta fachada a setorização (administração, lazer e educação) proposta pela Planta Baixa, fica claro três blocos distintos e que foram utilizados na proposta arquitetônica (Figura 25).

Figura 24 – Fachada Frontal Original



Fonte: Karina Cadena. 2018

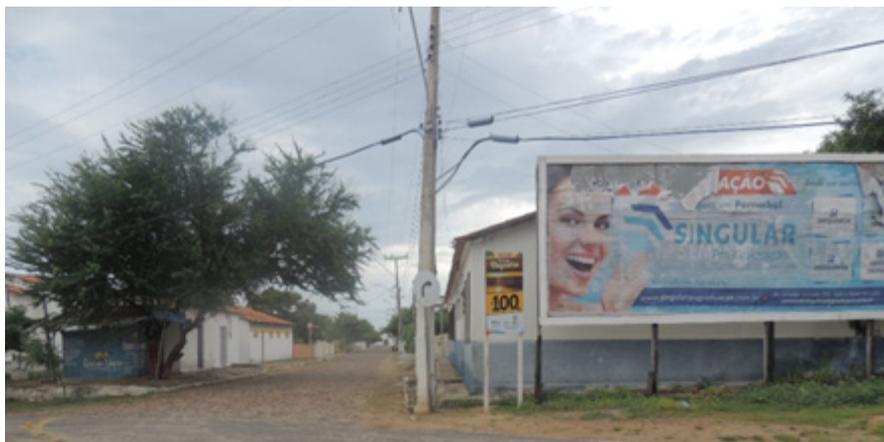
Figura 25 – Fachada Frontal Original



Fonte: Karina Cadena. 2018

A fachada lateral direita voltada para a rua Antonieta Reis Veloso (Figura 26) possui cobogós em concreto e apresenta uma grande empena devido a inclinação do telhado. A visão da fachada da antiga escola era prejudicada pela presença de outdoor. Essas fachadas descritas encontram-se no paramento das ruas, não havendo afastamentos frontais e laterais.

Figura 26 – Fachada Lateral Direita



Fonte: Karina Cadena. 2018

A fachada lateral esquerda praticamente não é visualizada pois está voltada para um “beco” com aproximadamente 1,50m na parte mais larga. Nela não constam aberturas, apenas parede “cega” e a empena formada pela inclinação do telhado (Figura 27).

Figura 27 – Fachada Lateral Esquerda



Fonte: Karina Cadena. 2018

O telhado é aparente em telhas cerâmicas do tipo canal (Figura 24) conformado em duas águas, projetado para a calçada frontal da edificação. Assemelha-se às casas originais do local. Em toda a estrutura de caibros, ripas e tesouras estão presentes a sustentação do telhado, técnica construtiva da maioria das edificações do bairro.

As rampas do edifício não possuem inclinação e nem acessibilidade, o que dificulta sobremaneira a utilização dos espaços por pessoas com necessidades especiais.

Mesmo sem uso e sem manutenção por sete anos, a execução do projeto original modificada e técnicas construtivas aplicadas sem grandes preocupações com a ortogonalidade das paredes, manteve a integridade física do prédio, o que confirma a proposta arquitetônica que apresentamos para atender as novas demandas de novo uso social.

2.3 Zoneamento Urbanístico

O Plano Diretor do Município de Luís Correia, Lei nº 695 de 30 de junho de 2010, informa que o bairro Coqueiro da Praia está localizado, na porção leste do município, na Macrozona Rural de Interesse Ambiental e Turístico (MRIAT), especificamente a Zona de Uso Residencial e de Especial Interesse Turístico II - ZURIT II (Figura 28); abrange o trecho da APA Delta do Parnaíba em território municipal. A MRIAT tem como objetivo garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e

os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

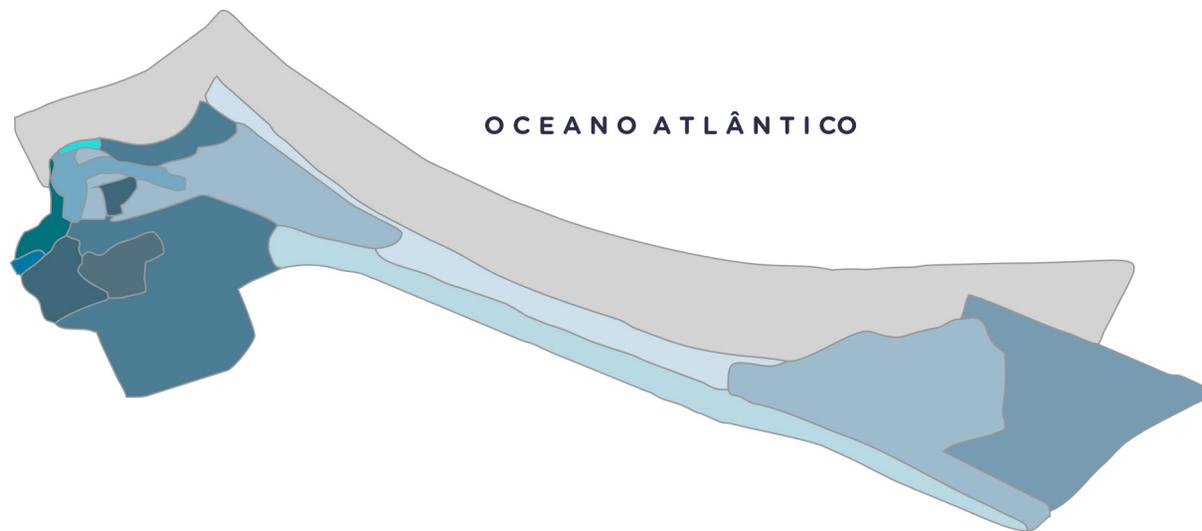
Art. 37 - A Macrozona Rural de Interesse Ambiental e Turístico (MRIAT) destina-se:

- I - Às atividades relacionadas ao ambiente rural incluindo agricultura, aquicultura, pecuária, silvicultura, extrativismo mineral e vegetal, controladas e de baixo impacto, em conformidade com as restrições previstas pela legislação ambiental federal, estadual, municipal e pelo Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba;
- II - À empreendimento turístico, prioritariamente, ecológico e rural de base sustentável, buscando sempre o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais e a preservação do meio ambiente federal, estadual e municipal;
- III - À preservação dos bens naturais, inclusive respeitando-se os limites definidos em lei para as áreas de preservação permanente (APPs).

§1º Na Macrozona Rural de Interesse Ambiental e Turístico (MRIAT) não são permitidas queimadas, desmatamentos, ou atividades extrativistas que estiverem em desacordo com a legislação ambiental das esferas federal, estadual e municipal, e os seguintes usos:

- I - matadouros;
- II - curtumes;
- III - frigoríficos;
- IV - indústrias químicas e metalúrgicas;
- V - depósitos de resíduos sólidos, pastosos e líquidos industriais. (Plano Diretor de Luís Correia, 2010, p. 12)

Figura 28 – Fachada Lateral Direita



Fonte: Plano Diretor da cidade de Luís Correia, editado por Vítor Veríssimo Guimarães, 2019

Importante salientar que o Capítulo VI, art. 20 do Plano Diretor de Luís Correia relaciona políticas para o Desenvolvimento Urbano do município:

Art. 20 - A Política Municipal de Desenvolvimento Urbano será implementada com a observância das seguintes diretrizes:

I - Continuidade melhoria na implantação de serviços urbanos e infraestrutura nas macrozonas urbanas e núcleos de apoio à área rural, a saber;

- a) abastecimento de água por meio de rede de distribuição;
- b) coleta e tratamento de esgotos;
- c) pavimentação e drenagem de vias públicas;
- d) coleta e destinação de resíduos sólidos;
- e) iluminação pública.

II - Distribuição dos ônus e benefícios decorrentes das obras e serviços de infraestrutura urbana e a recuperação em prol da coletividade, da valorização imobiliária resultante de investimentos públicos, sem exclusão ou discriminação de qualquer tipo;

III - Embelezamento urbano pela implantação de arborização adequada, tratamento paisagístico, plano de calçadas e espaços públicos de qualidade para a melhora da autoestima da população e formação de um cenário agradável para o recebimento dos turistas;

IV - Preservação, conservação e recuperação do meio ambiente, da paisagem urbana e dos locais de lazer consagrados pela utilização pública;

V - Estabelecimento de parcerias entre os setores público e privado, em especial no que concerne aos investimentos necessários aos projetos de urbanização, à ampliação e transformação dos espaços públicos da cidade;

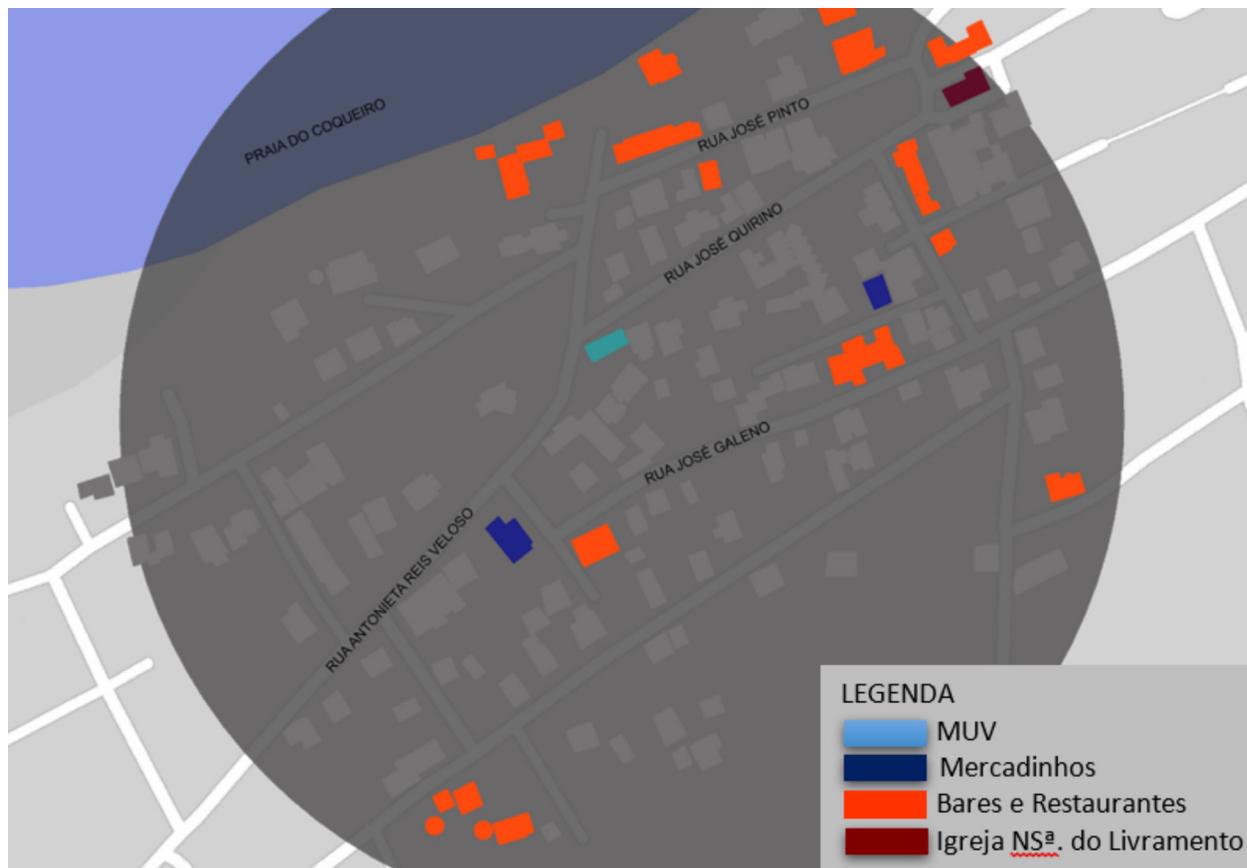
VI - Consolidação dos espaços urbanos e espaços de convivência democráticos com dispositivos que garantam acessibilidade a portadores de deficiência física (PLANO DIRETOR DE LUÍS CORREIA, 2010, p. 8-9)

Consideramos as orientações do Plano Diretor para elaboração deste trabalho.

2.4 Uso e Ocupação do Solo

Para a elaboração do projeto arquitetônico de reabilitação para novo uso do antigo prédio do Grupo Escolar foi necessária a confirmação da viabilidade urbana da proposta. Consultamos a Lei de Uso e Ocupação do Solo do município de Luís Correia, Lei nº 697 de 30 de junho de 2010 (Figura 29).

Figura 29 – Uso do Solo proximidades do MUV



Fonte: Karina Ferraz, 2018; modificado por Vinícius Monteiro. 2019

Tabela 1 - Anexo II: Quadro de atividades permitidas e índices de ocupação do solo por zonas de uso

Zona de Uso	Categoria de Usos Permitidos		Coeficiente de Aproveitamento		Densidade Residencial Bruta Máxima (hab/há)	Taxa de Ocupação Máxima	Taxa de permeabilidade de mínima	Altura Máxima (m)	Recuos Mínimos (m)		
	Prioritariamente	Secundariamente	Mínimo	Básico					Frente	Fundos	Lateral (no caso de aberturas)
Zona de Uso Residencial e de especial Interesse Turístico I (ZURIT I)	HB1/ HB2	CS1/CS2/ PE/ INSTI/ IA/ESP	-	2,5	80	0,6	0,3	20	3,0	3,0	1,50

Fonte: Lei de Uso e Ocupação da cidade de Luís Correia. 2010

2.5 Gabarito

A Lei de Uso e Ocupação do Solo para a ZURIT II determina que a altura permitida de edificações é de 20m, mas há edificações que não seguem as regras; há edificações térreas e de dois pavimentos (Figuras 30 e 31), de quatro pavimentos, térreo e três pavimentos, como é caso do flat do Alô Brasil (Figura 32) e Condomínios Brisa Del Mar e Solar do Coqueiro (Figura 33). O empreendimento não está ilegal, mas compromete a percepção visual dos residentes e dos visitantes que adentram ao território pela via onde o flat está localizado.

Figura 30 – Gabarito dos edifícios nas proximidades do Museu da Vila



Fonte: Editado pela autora e Vinícius, Monteiro. 2019

Figura 31 – Casa de dois pavimentos na vizinhança imediata do Museu da Vila



Fonte: Karina Cadena. 2018

Figura 32 – Flat Alô Brasil contendo 3 pavimentos nas proximidades do Museu da Vila



Fonte: Karina Cadena. 2018

Figura 33 – Condomínios Brisa dela Mar e Solar do Coqueiro com 4 pavimentos nas proximidades do Museu da Vila



Fonte: Karina Cadena. 2018

2.6 Sistema Viário

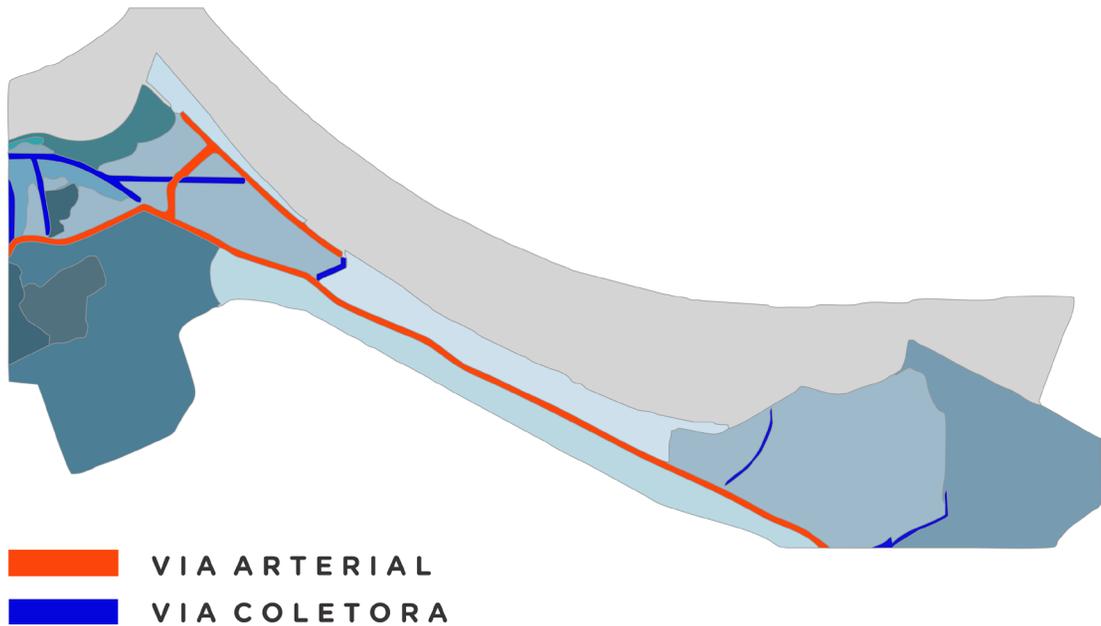
Há no Plano Diretor de Luís Correia a organização viária, composta por Vias Arteriais, Coletoras e Locais, seguindo a função da estrutura viária do município:

Art. 116 - A estrutura viária municipal constitui-se pela malha viária que tem por funções:

- I - Estabelecer as principais ligações entre o município e os outros integrantes do Polo Costa do Delta;
 - II - Integrar as diversas regiões do território municipal;
 - III - Ordenar o sistema viário da Macrozona Urbana (MU).
- Art. 117 - A estrutura viária municipal está organizada em:
- I - Rodovias, no âmbito do território municipal;
 - II - Vias, no âmbito da Macrozona Urbana (MU).
- Art. 118 - São objetivos da estrutura viária municipal:
- I - Garantir a circulação de pessoas e bens, em todo o município, de forma cômoda e segura;
 - II - Garantir um transporte em condições adequadas de conforto;
 - III - Atender as demandas do uso e ocupação do solo. (PLANO DIRETOR DE LUÍS CORREIA, 2010, p. 8-9)

Segundo o Plano Diretor (2010), o sistema viário de Luís Correia está estruturado em vias arteriais, que fazem a ligação entre regiões das macrozonas urbanas; vias coletoras, que coletam e distribuem o trânsito de entrada e saída das vias arteriais; vias locais, que têm função predominante de acesso aos imóveis (Figura 34).

Figura 34 – Mapa do Sistema Viário da Macrozona Urbana

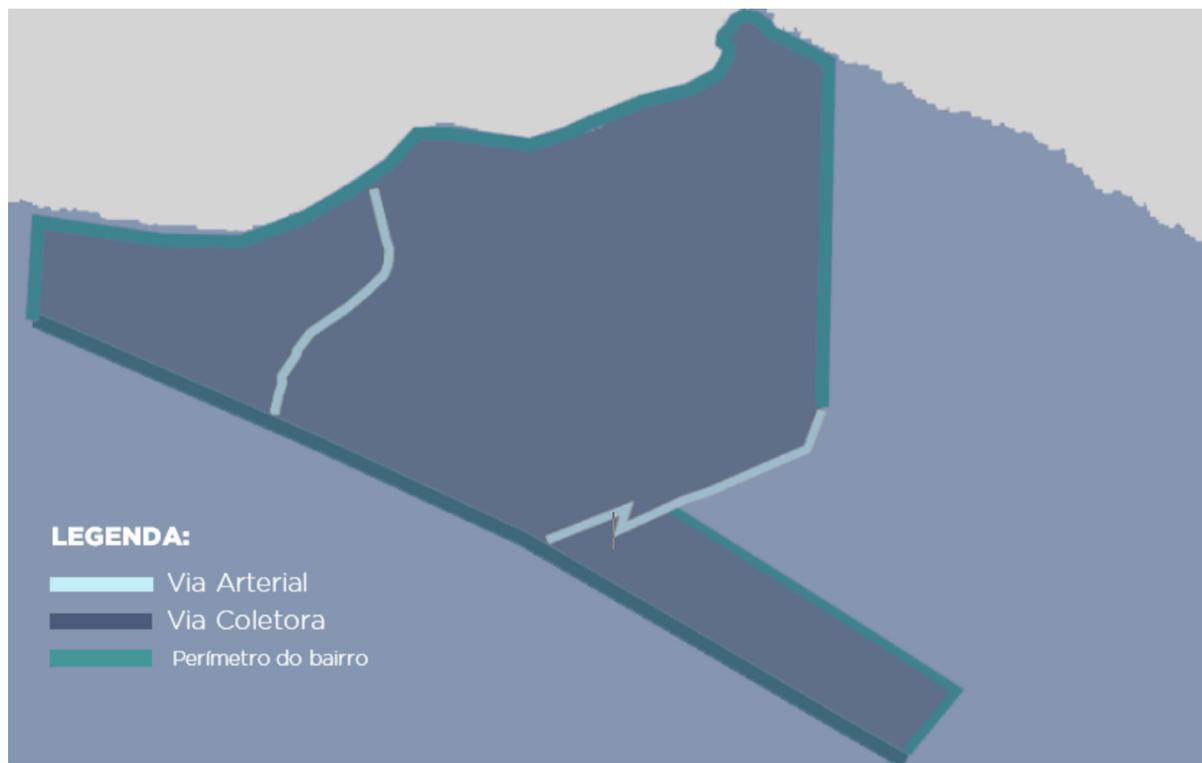


Fonte: Plano Diretor da cidade de Luís Correia editado pela autora e Vinícius Monteiro. 2010

O bairro Coqueiro conecta-se com a zona urbana de Luís Correia através do trecho urbano da PI 116 considerado pela Lei nº 695/2010 uma Via Arterial, que faz a ligação entre regiões das macrozonas urbanas. Ao encontrarmos a primeira rotatória de acesso ao centro do bairro percorremos uma via coletora - a rua

Antonieta Reis Veloso, que a lei não faz menção (Figura 35). Para o Plano Diretor uma via coletora objetiva coletar e distribuir o trânsito de entrada e saída das vias arteriais.

Figura 35 – Vias Coletoras do Coqueiro



Fonte: Googlemaps modificado pela autora e Vinícius Monteiro. 2019

O acesso à Praça Principal, à Igreja de Nossa Senhora do Livramento e ao Museu da Vila ocorre pela via local de sentido único – a rua José Quirino, vias locais, que têm função predominante de acesso aos imóveis (Figura 36).

Para retornarmos a via coletora Antonieta Reis Veloso devemos seguir pela via local rua José Pinto também de sentido único. As vias locais caracterizam por tráfego brando e calha em torno de cinco a sete metros.

Nos períodos de férias, as ruas referidas ficam tomadas de automóveis, é costumeiro formarem-se longos engarrafamentos pela falta de atenção dos visitantes às placas de sinalização existentes nas vias.

Figura 36 – Vias Coletora e Locais do entorno da Edificação



Fonte: Editado pela autora e Vinícius Monteiro. 2019.



56 | **Projeto Arquitetônico de Reabilitação para Novo Uso Social**
do Antigo Grupo Escolar Deputado João Pinto Bairro Coqueiro | Luís Correia | Piauí



3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 *Arquitetura Escolar no Brasil*

A situação do Brasil no final da década de 1950 e início de 1960 exigia uma nova concepção de arquitetura. A construção de edifícios para uso educacionais com novas técnicas construtivas, com elementos pré-fabricados.

Para Buffa e Pinto (2002), nos anos 1960, as referências arquitetônicas estavam consolidadas com os preceitos da arquitetura moderna. O processo construtivo dos edifícios era de estrutura de concreto independente, com destaque aos pilotis, que originavam pavimentos sem fechamentos, para funcionarem como pátios de recreação. Os fechamentos dos demais pavimentos eram do tipo alvenaria de tijolos, com coberturas de telhas de fibrocimento sobre lajes pré-fabricadas, ora aparentes, ora posteriores à platibanda.

Na falta do telhado, a laje era impermeabilizada e se estendia em forma de marquise de acesso e proteção de entradas e circulações externas (FDE, 1998). Nos ambientes internos, os pisos eram tacos de madeira; ladrilhos cerâmicos para os sanitários e circulações; escadas de concreto revestidas de granilite; o galpão era cimentado; as janelas eram de caixilhos metálicos (ferro) e, para a ventilação cruzada nas salas de aula, tubos circulares de cimento amianto embutidos nas paredes, do lado oposto às janelas; as portas eram de madeira do tipo imbuia envernizadas (FDE, 1998).

O novo sistema de construções escolares era simplificado, distribuído em um grande corredor que dá acesso às dependências escolares, com paredes de alvenaria de blocos aparentes de concreto; o teto de laje pré-moldada, com cobertura de telhas de fibrocimento.

Com a criação da Companhia de Construções de São Paulo (CONESP), em 1976, pretendeu-se sintetizar e elencar as principais informações necessárias aos projetistas para a elaboração dos projetos. Para tanto, foram elaboradas normas para cada etapa, baseadas em catálogos de componentes de serviços, conjuntos funcionais e seus ambientes, além das normas para apresentação dos projetos e para a composição da estrutura funcional das escolas. Os escritórios de arquitetura eram contratados para esse tipo de prestação de serviços, para agilizar a implementação das edificações, mediante concorrências públicas (ORNSTEIN; BORELLI, 1995).

Observamos que a racionalização era, de fato, a única maneira de suprir a demanda. Em vez de optar pela aplicação de um “projeto padrão”, os responsáveis da Conesp preferiram seguir o caminho do processo de projeto com a

normatização de componentes e geometrias do prédio e seus ambientes: uma modulação de 90 cm x 90 cm em planta baixa, para facilitar a articulação entre os módulos; para a modulação vertical, um multimódulo de projeto com 20 cm.

De acordo com a CONESP, 1985, os programas arquitetônicos definiam a quantidade dos ambientes e as respectivas áreas construídas, múltiplas de 0,81 m. O dimensionamento das salas foi estabelecido em 51,84 m² de área construída para as salas de aula comuns ou multiuso, e de 77,76 m² para as salas de aula prática. As dimensões em planta para as salas comuns eram de 7,20 m x 7,20 m, de eixo a eixo (Apud Kowaltowsk, 2011).

O pé-direito mínimo dava condições adequadas de iluminação natural em toda a sala, de modo a garantir as condições de leitura e estudo em seu interior. Os arquitetos procuravam soluções adequadas a cada local e a cada situação, pelo sistema de padronização, que definia dimensões, processos e materiais. Além de racionalizar a construção escolar, criou-se o módulo “embrião” (composto de duas a seis salas de aula; direção e administração; sanitários e quadra de esportes) e espaço previsto para futuras ampliações.

As especificações descrevem o ambiente escolar com mais detalhes: caracterizam os usuários por faixas etárias, os currículos a serem adotados e os objetivos e conceitos do prédio escolar, com aspectos das exigências funcionais e operacionais, flexibilidade no uso dos espaços, a possibilidade de ampliações e recomendações para uma simplicidade de projeto racional no sistema construtivo e o aproveitamento da industrialização.

Além do Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares (CE-BRACE), subordinado ao Ministério da Educação e Cultura, orientados pelos cadernos técnicos da década de 1970, havia o trabalho do atual Ministério da Educação (MEC), por intermédio do Programa “Fundo de Fortalecimento da Escola” (FUNDESCOLA), que publicou os Cadernos Técnicos: Subsídios para a Elaboração de Projetos e Adequação de Edificações Escolares, vols. 1 - 4 (MEC, 2002), com as diretrizes e recomendações técnicas para construções e adequações de escolas públicas.

Essas recomendações foram inicialmente elaboradas para atender às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, consideradas mais carentes quanto à qualidade do ensino público (segundo pesquisas realizadas pelo próprio MEC), e com a finalidade de se estenderem para as demais regiões do País (MEC, 2002).

O projeto padrão para instituições como escolas, hospitais e creches foi uma prática comum em projetos públicos de interesse social, que usaram programas de necessidades padronizados das atividades estipuladas pelos órgãos admi-

nistrativos de equipamentos urbanos. O partido arquitetônico procurou atender aos objetivos econômicos, à racionalidade construtiva e à funcionalidade, conforme as especificações da Conesp.

Os principais argumentos a favor da padronização foram a economia pela produção em massa, a redução de custo de projeto e o tempo de elaboração. Defendeu-se que o produto (projeto e obra) pode alcançar uma qualidade superior em relação às obras não padronizadas, em virtude da mão de obra especializada em construções repetidas. Essa prática resultou em menos falhas na execução, principalmente porque a equipe recebeu treinamento para serviços iguais. Outro argumento foi que a repetição de obras permitia introduzir correções quando o projeto padrão fosse construído, testado e avaliado.

A possibilidade de montagem rápida de módulos pré-fabricados, como as salas de emergência portáteis ou contêineres e as chamadas “escolas de lata”, foi outro argumento para defender a padronização em projeto. Outro fator para a utilização de projetos padrão nas edificações públicas foi o desejo de que fossem identificadas a uma determinada administração, ou a um determinado momento político. O reconhecimento da tipologia construtiva foi considerado importante, como uma assinatura ou um símbolo da gestão. Essa prática foi especialmente comum no prédio escolar.

O projeto arquitetônico do Grupo Escolar Deputado João Pinto foi elaborado com base nos Cadernos Técnicos: subsídios para a elaboração de projetos e adequação de edificações escolares. A comunidade, o entorno, os estudantes foram coadjuvantes na implementação de um projeto pré-definido em suas instâncias.

Como ainda acontece na atualidade, os projetos arquitetônicos de escolas públicas não são discutidos com a comunidade. Quando muito são apresentadas de maneira finalizada, informando quando a obra será concluída.

3.2 O Museu da Vila e a Nova Museologia

Um museu é um lugar de trabalho da memória, uma instituição que valoriza a memória cultural. É um espaço no qual os dois mecanismos inerentes ao processo da memória coletiva atuam no imaginário social, a sua “construção” e seu “registro” (LIMA, 2008, p. 38), o que o possibilita ser qualificado como um permanente fazedor de (re)significações.

A Mesa Redonda de Santiago, no Chile, ICOM (1972), nos informa na Declaração de Santiago sobre o campo museológico naquele momento, sobre a conjugação dos ambientes cultural e natural em resposta a necessidades voltadas para mudanças que se impunham ao campo.

Os “Princípios de Base do Museu Integral” foram determinados naquele evento (Mesa Redonda de Santiago do Chile - 1972, 1999, p. 120), no qual “um dos resultados mais importantes a que chegou a mesa-redonda foi a definição e a proposição de um novo conceito de ação dos museus: o museu integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural”.

A Declaração, considerou o museu como “integrante” e “a serviço da sociedade”, apontando como dotado de condições para “participar na formação da consciência das comunidades que serve”, aconselhando uma atuação que estimulasse “comunidades a agir, situando a sua atividade no quadro histórico que permite esclarecer os problemas atuais” (Mesa Redonda de Santiago do Chile - 1972, 1999, p. 120).

O Conselho Internacional de Museus apresenta outra definição de museus: “uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite” (ICOM Portugal, 2015). A nova definição alarga a do Estatuto de 1974 e dialoga com a Declaração do México de 1985, no que refere à identidade cultural dos povos.

Conforme Desvallées e Mairesse (2013), o museu tanto pode designar a instituição quanto o estabelecimento, ou o lugar geralmente concebido para realizar a seleção, o estudo e a apresentação de testemunhos materiais e imateriais do Homem e do seu meio. A forma e as funções do museu variaram sensivelmente ao longo dos séculos. Seu conteúdo se diversificou, tanto quanto a sua missão, seu modo de funcionamento ou sua administração.

Para Cândido (2013) o museu deve ser compreendido como um espaço de interação social com o patrimônio, um conceito amplo que dá conta de muitas formas de realização. O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2017) define o museu como um lugar no qual sensações, ideias e imagens são irradiadas por objetos e referenciais que salvaguardam e que iluminam valores essenciais para o ser humano. Espaço fascinante onde se descobre e se aprende, onde se ampliam conhecimentos e se aprofundam a consciência da identidade, da solidariedade e da partilha.

Para Bruno (2006), a museologia, em sua dinâmica interdisciplinar, tem colaborado para que os museus desvelem de forma qualificada as representação e argumentação que estabelecem como lugares de apreciação, contestação e negociação cultural, mas também, como espaços de acolhimento e aprendizagem, tendo na resignificação dos bens patrimoniais a sua principal característica.

Para Chagas (2011), o museu deve ser reconhecido como um instrumento de trabalho, como uma ferramenta e não como um fim em si mesmo; um lugar que altera radicalmente a forma de lidar com o passado, com a memória e seus processos de institucionalização.

O museu é um espaço sociocultural que interpreta, comunica e salvaguarda o patrimônio cultural. Para uma instituição museal, a herança cultural dos grupos sociais, são referências de pesquisa, documentação, comunicação e preservação dos patrimônios que detém as comunidades usuárias de um equipamento dessa natureza. A exposição é uma das atividades do museu que pública e projetada no imaginário social a ‘marca registrada’ de um museu.

A museologia e os museus, ao longo dos últimos dois séculos, nomeadamente a partir da segunda metade do século XX, reforçou sua presença e função social no cenário cultural. Gradativamente teoria e prática dos museus estão alicerçadas no entendimento de preservar os bens de acordo com o processo de salvaguarda e tutela institucional e tratá-los (pesquisas e disseminação da informação) consoante uma percepção interpretativa de maior alcance e, ao mesmo tempo, de aprofundamento para o significado da musealização. Essa forma de compreender os museus contemplou representações de musealização e o reconhecimento na categoria de documentos. Como tal, foram identificados na qualidade de testemunhos e dotados de valor de prova, ressaltando-lhes o caráter de documento primário que lhes é próprio, conseqüentemente, imprimindo relevância a tais fontes de consulta para pesquisas e para a produção do conhecimento: “A museologia é apresentada como o estudo de uma relação específica entre o homem e a realidade, estudo no qual o museu, fenômeno determinado no tempo, constitui-se numa das materializações possíveis”. (Desvallées e Mairesse, 2013. p. 62)

Para Bruno (2006), museologia e museus têm caminhos entrelaçados, responsabilidades recíprocas e cumplicidade no que tange à função social.

A Museologia, enquanto disciplina aplicada, pode colaborar com a sociedade contemporânea na identificação de suas referências culturais, na visualização de procedimentos preservacionistas que as transformem em herança patrimonial e na implementação de processos comunicacionais que contribuam com a educação formal. (BRUNO, 2006, p.7)

As relações entre passado e o presente, formas de lidar com o tempo em cada um nós, nos dizem sobre as formas coletivas de lembrar e esquecer que no presente nos servem para pensar a composição e os usos dos patrimônios e dos museus.

Para Pollak (1989), na maioria das vezes a memória está ligada a fenômenos de dominação, há uma lacuna entre a memória oficial e dominante e as memó-

rias subterrâneas, entre silêncio sobre o passado e a provocação de lembrar, de trabalhar a memória.

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado, que se quer salvar, faz parte de [...] tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes. (POLLAK, 1989, p.9)

Chagas (2011, p. 37) admite que há um movimento de memória que se dirige a um passado e lá se cristaliza - como “culto à saudade”:

[...] lembrança que aliena e evade o sujeito de si e do seu tempo, lembrança reificada e saturada de si mesma e por isso sem possibilidade de criação e inovação - há também um movimento de memória que se dirige para o presente. É o choque entre esses dois movimentos, com a vitória ainda que temporária do segundo, que gera a possibilidade da memória constituir-se em um grande detonador de transformações e mudanças individuais e sociais. (CHAGAS, 2011, p. 37)

A memória é a matéria-prima a partir da qual a museologia estabelece a sua cadeia operatória de procedimentos técnicos e sua função científica, função social - memória cultural.

Neste trabalho não pretendemos tratar as memórias e identidades como elementos estáticos, imutáveis ou mesmo engessados. Para Casalarde (2014), a “identidade” não deve ser entendida como um conceito absoluto, preexistente e congelado, mas sempre relacional, calcado na ação presente e na compreensão da sua diversidade e transformação.

Ao tomarmos por referência a Declaração do México (1985), para quem “a identidade cultural é uma riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da espécie humana ao mobilizar cada povo e cada grupo a nutrir-se de seu passado e a colher as contribuições externas compatíveis com a sua especificidade e continuar, assim, o processo de sua própria criação”.

A identidade cultural de um povo se renova e se enriquece em contato com as tradições e valores dos outros. A cultura é um diálogo, intercâmbio de ideias e experiências, apreciação de outros valores e tradições; no isolamento, esgota-se e morre.

Bauman (2005) defende que a “identidade” só nos revela como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, “um objetivo”; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais.

Na museologia podemos identificar o patrimônio como o conjunto de bens simbólicos, atravessados pelas identidades de comunidades, que detém cultura relacionas à ambiência social e que integra a paisagem natural, agente da coletividade.

Ao patrimônio e seus correlatos (bem, herança/herança cultural e monumento) Desvalées (2000) afirma que são atribuídos o caráter de formação cultural e simbólica, todas com teor musealizável, portanto, com condição de trato museológico, quando, então, adquire a feição de museu, o mesmo que patrimônio musealizado.

As formas e os sentidos culturais construídos para criar e estabelecer a ideia de ‘preservação’ e ‘transmissão’ do bem consolidaram a base do pensar e do agir que se identifica no conceito de patrimônio, seja na condição de elemento musealizável ou de possibilidades de musealizado, sob a forma de museu.

Na Revolução Francesa (1789) foi incluída a denominação “monumento histórico” (Choay, 2001, p. 96), que se afirmou como valor patrimonial de referência e cuja menção data do período 1790-1795, ocasião dos primeiros trabalhos para solucionar, segundo a mesma autora, o “tratamento técnico e jurídico” para os bens. A Comissão de Monumentos Históricos (1837) englobou exemplares da tipologia, remanescentes da Antiguidade, que foram incorporados ao patrimônio francês. São decorrentes dos mesmos períodos e acontecimento, as duas grandes categorias que até hoje são aplicadas ao patrimônio material: as classes patrimônio imóvel e patrimônio móvel.

Ainda no panorama da história da preservação em nível mundial, levou-se ao reconhecimento de que “os povos interagem com a natureza e a necessidade fundamental de preservar o equilíbrio entre os dois” (UNESCO, 1972). Ainda de acordo com o texto dessa Convenção, as definições são as seguintes:

[Patrimônio cultural:] os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; Os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas que incluam sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

[Patrimônio natural:] os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; Os sítios naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

No sentido de mais uma vez alargar e aprofundar o entendimento dado ao conceito de patrimônio, foi consolidada a tipologia patrimônio intangível na “Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Imaterial” (UNESCO, 2003). Dessa maneira, no alvorecer do século atual, o reconhecimento da categoria, que demandou um lento processo cultural para ser considerada como integrante da questão patrimonial, firmou-se no foco internacional. A Convenção assim define:

Entende-se por ‘patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos, técnicas – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural intangível, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e pelos grupos em função de seu ambiente, sua interação com a natureza e sua história, e proporciona-lhes um sentido de identidade e de continuidade, promovendo o respeito à diversidade cultural e criatividade humana. (UNESCO, 2003)

Novamente no campo museológico, a trajetória dominante dos Museus foi, por longos tempos, o modelo clássico, respaldado na coleção, no prédio e no público visitante, o museu tradicional desenhado, sem originalidade e resultante, comumente, das decisões tomadas pelas camadas hegemônicas dos grupos sociais. Mudanças profundas traçaram novos rumos em direção ao museu de território, esse, espaço físico, agora, estreitamente ligado às tradições culturais definidoras dos agentes locais, os seus habitantes ou os atores do lugar. Apoiase na noção de um patrimônio comum, a imagem de pertencimento e, associa e permite indicar como questão da identidade cultural.

As novas perspectivas propostas na Mesa Redonda de Santiago, no Chile, discutidas e incorporadas, foram não só objeto como bases do que se convencionou nomear de Nova Museologia, visão ativa a partir dos anos 80. As práticas de exposição, de visitação in situ e outras formas de ação e apropriação museológicas, inclusive com participação de atores sociais e seus históricos de identidades culturais ligadas ao assunto.

A museologia social traz um diálogo com as comunidades. Vai além da museografia e conceitos iniciais. Surge para incluir as pessoas, as comunidades, os territórios para que os saberes, fazeres e bens que possam musealizados a partir de distinções participativa. Envolve questões da divulgação e educação e as tem como fundamentais para a interferência e problematização na formação da identidade. Neste a exposição não é o fim, mas um elemento de comunicação e sensibilização para a preservação do patrimônio cultural.

Um exemplo de modelo de museu surge se constituindo para atender às demandas socioculturais que se articulam em nível de postura política e de participação cidadã. Neste novo momento, ocorre um movimento de reafirmação do papel social dos museus, voltando-se à inserção da história de diversos grupos na função de protagonistas para a elaboração dos espaços musealizados e, ao mesmo tempo, reforça a luta pela preservação, procedimentos inspirados em novos formatos interpretativos.

Essa nova percepção museológica traz um diálogo com a sociedade/comunidade. Vai além da museografia e dos conceitos iniciais. Surge para incluir as pessoas, as comunidades, os territórios.

“A Museologia conta com uma trajetória de experimentações e análises que a coloca entre as disciplinas aplicadas, comprometidas com a construção e com os estudos dos sistemas da memória (BRUNO, 2006, p. 14)”. Consiste, então, em uma área de conhecimento que estabelece ligações, sejam cognitivas e/ou afetivas entre as referências patrimoniais e os diferentes segmentos da sociedade contemporânea.

Para Primo (1999, p. 34), a instituição museu é valorizada não só pelo seu patrimônio edificado e suas coleções, mas também, e sobretudo, pela sua representatividade perante a comunidade na qual se insere.

[...] a museologia atual consta com mais uma vertente: a museologia social cuja característica fundamental é a valorização do homem como sujeito participativo, crítico e consciente da sua realidade, fato que a nosso ver transcende a valorização da cultura material desvinculada da realidade social.

Para elucidarmos o termo museal, nos valem das definições de Desvallées e Mairesse (2013), “o museal” designa o campo de referência no qual se desenvolvem não apenas a criação, a realização e o funcionamento da instituição “museu”, mas também a reflexão sobre seus fundamentos e questões. Esse campo de referência se caracteriza pela especificidade de sua abordagem e determina um ponto de vista sobre a realidade. Considerar uma coisa sob o ângulo museal é, por exemplo, perguntar se é possível conservá-la para expô-la a um público.

Considera-se musealização a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal isto é, transformando-a em musealium ou musealia, em um “objeto de museu”, integrado ao campo museal.

“A própria ideia de museu colocada em prática no Creusot não é aplicável a nenhuma generalidade, pois o ecomuseu é o museu de alguns, ele é coletivo, mas fragmentário — e ele se contrapõe a qualquer tentativa de universalização dos

museus. Ele é um museu sob medida, porque está balizado pelos valores que são comuns ao grupo” (SOARES, 2012, p. 289).

Segundo Rivière (1980), “Um ecomuseu é um instrumento que um poder público e uma população fabricam e exploram juntos. Este poder, com os especialistas, as instalações, os recursos que fornece. Esta população, de acordo com suas aspirações, seus saberes, suas competências.”

Um espelho onde esta população se olha, para se reconhecer, onde ela procura a explicação do território onde vive, onde viveram as populações precedentes, na descontinuidade ou na continuidade das gerações. Um espelho que esta população mostra aos visitantes, para ser mais bem compreendida, no respeito do seu trabalho, dos seus comportamentos, da sua intimidade (RIVIERE, 1980, p. 443).

Para Soares (2012), o ecomuseu é um instrumento de apropriação patrimonial, por meio do qual é possível repararem-se danos do passado e reformularem-se as próprias narrativas em que as pessoas estão historicamente inseridas e a partir das quais se constroem os valores do grupo.

Um museu-território é a expressão do território, qualquer que seja a entidade que toma iniciativa e a autoridade que o controla: associação, mecenas, administração local, instituição científica, agência do desenvolvimento, programa de turismo cultural, etc. Seu objetivo é a valorização desse território e, sob esse ponto de vista, é realmente um instrumento do desenvolvimento em primeiro grau.

O território escolhido pode ser grande ou pequeno, sua delimitação dependerá de critérios naturais (reserva natural, setor de litoral), econômicos (região mineira), históricos (região com forte identidade herdada do passado), sociológicos (um bairro periférico da cidade, uma aldeia com tradições artesanais ou comunitárias). Um parque natural é um museu-território por vocação.

Para Varine (2012), o patrimônio do território torna-se um pretexto para refletir seriamente sobre o presente e o futuro. E para se perguntar o que é possível fazer para avançarmos todos juntos, graças a esse laço que o patrimônio constitui para cada um.

Um museu comunitário é uma ponte para o intercâmbio cultural com as comunidades no qual permite descobrir interesses comuns, firmar alianças e fortalecer as comunidades participantes através de projetos comuns.

Para Camarena e Morales (2009), os objetivos dos museus comunitários são dentre outros: fortalecer o reconhecimento por parte da comunidade, do seu pa-

trimônio cultural, tanto dos bens materiais como suas tradições e suas memórias; fortalecer a identidade ao fomentar que a comunidade conheça, intérprete, valorize e desfrute de sua própria cultura; melhorar a qualidade de vida, oferecendo diversos tipos de capacitação e gerando adeptos através da promoção da arte popular e do turismo comunitário; firmar teias entre outras comunidades e a criação de redes, propiciando a solidariedade e a criação de projetos coletivos.

Os museus comunitários nascem no seio da comunidade de maneira endógena. Membros da comunidade impulsionam a criação de um novo espaço para resguardar o patrimônio cultural. Este museu se desenvolve através de consulta comunitária. Quem conta a história local é a própria comunidade. Ele é dirigido por uma instância organizada no seio da comunidade. O museu responde às necessidades e aos direitos da comunidade. Por fim, a sua atuação fortalece e organiza as ações comunitárias.

Atualmente, a museologia e os museus focalizam o bem intangível/imaterial usando de medidas interpretativas de intensidade e limites diferentes do que se fazia nos anos iniciais da ação do campo, ocasião na qual o objeto tridimensional e a visualidade ocupavam posição importante no quadro expositivo e no processo informacional/comunicacional. As mudanças são creditadas à aplicação de novas posturas e a métodos e técnicas para a leitura das manifestações culturais percebidas como unidade. A característica unitária encerra o conteúdo da representação expressando-se na forma material e nas condições naturais ou nas práticas sociais de origem – âmbito do imaterial.

Primo (1999), comenta que a museologia tomando como base o patrimônio cultural é fruto do fazer e saber fazer do homem e que continua a desenvolver as funções básicas de coleta, documentação, conservação, exposição e ação cultural, todas elas direcionadas ao fazer educativo-cultural na tentativa de despertar a consciência crítica do indivíduo, leva-o assim a reapropriação da memória coletiva e ao direito do exercício da sua cidadania.

Neste trabalho, os conceitos relacionados à arquitetura tiveram um papel fundamental no que refere a transpor toda uma linguagem em forma projetual, a fim de comunicar com o meio e atrair a população para o novo. É justamente nesta zona de cruzamento entre o lazer e a aprendizagem que residem alguns dos espaços mais promissores para o desenvolvimento de novos paradigmas de atuação, o que tem colocado às instituições culturais novos desafios e aberto oportunidades para o desenvolvimento de novas estratégias de relacionamento com os públicos, repensando e ré equacionando os espaços e as formas para este encontro. (SILVAa, 2000)

A arquitetura tem a capacidade de produzir o impensável, em um contexto totalmente diferente daquele em que está inserida, quebrando a nomenclatura do meio, reproduzindo um novo olhar para determinada área.

Desenvolver o projeto arquitetônico para Museu da Vila nos fez pensar como a paisagem deve ser compreendida e como nos faz elucidar questões relacionadas ao patrimônio material e imaterial, que puderam ser equacionadas por este projeto, pois os limites são tênues entre ambos e há uma imbricação de sentidos ao pensar na paisagem, no patrimônio, nas pessoas.

4 MÉTODOS E TÉCNICAS

Pesquisa bibliográfica em textos acadêmicos e técnicos nos serviram para construção teórico-metodológica deste trabalho; no que refere a documentos oficiais os encontramos espaços, raros e difusos, sobretudo no que tange a informações sobre a vila-bairro Coqueiro da Praia, território eleito para estudos e intervenções neste projeto-ação.

O mesmo vale para informações sobre o edifício e sua construção, o que nos fez recorrer ao método da história oral, que nos permitiu aprofundar no diagnóstico sobre o território e desvelar memórias, sentidos e significados atribuídos pela comunidade ao antigo Grupo Escolar Deputado João Pinto. Realizamos entrevistas e questionários semiestruturados com moradores do bairro e com funcionários de órgãos governamentais como Secretaria de Educação, Gerência Regional de Educação, Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Parnaíba, Prefeitura Municipal de Luís Correia, Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Buscamos conhecer as memórias e histórias do edifício, o que inclui o projeto original, quais usos o prédio recebeu e o significado daquela edificação para a comunidade, elementos que trouxemos para a construção de uma arquitetura sensível, preocupada com o diálogo entre comunidade | edificação | requalificação.

Os documentos técnicos-oficiais, mapas e legislações, disponibilizados pela SPU e Prefeitura Municipal de Luís Correia foram de suma importância para aprimorarmos uma proposta arquitetônica próxima da realidade da vila-bairro.

Usamos metodologias projetuais mais sensíveis, que estivessem a serviço da comunidade. Nos valem de aporte teórico relacionado à interpretação patrimonial, museologia e inovação social e história oral, que ampliaram o nosso conhecimento e favoreceu uma melhor intervenção no território.

Realizamos levantamentos de campo (métrico e fotográfico), análises dos condicionantes físicos (entorno, vegetação, clima, topografia e infraestrutura urbana), condicionantes legais (códigos de obras, lei de uso e ocupação do solo e combate à incêndios), estudos de casos semelhantes, croquis, escolhas dos materiais adequados, para que a intervenção naquele espaço fosse mais assertiva. O modo de vida dos moradores, os parâmetros urbanísticos do lugar, gabaritos, ângulos de visada, os materiais e as técnicas construtivas foram totalmente respeitados.



70 | **Projeto Arquitetônico de Reabilitação para Novo Uso Social**
do Antigo Grupo Escolar Deputado João Pinto Bairro Coqueiro | Luís Correia | Piauí

Usamos para composição dos desenhos das plantas, cortes, fachadas, perspectivas e detalhes construtivos os softwares AutoCad, Revit, Sketchup e 3DMax.



5 NOVO OLHAR SOBRE O ANTIGO PRÉDIO

5.1 Processo de Revitalização do Prédio

Acreditávamos que o antigo Grupo Escolar por estar fechado era suscetível a depredações, invasões, subtração de parte de sua estrutura (telhas, esquadrias, fiações, tubulações, dentre outros) e à ação da maresia, somada à falta de manutenção predial. Porém, para nossa surpresa o edifício estava com sua estrutura íntegra.

Havia falta de manutenção, acúmulo de lixo, folhas secas de árvores da vizinhança, areia trazida pela ação dos ventos e fezes de morcegos (Figura 37). A quantidade de lixo acumulada agravava a situação do prédio e a convivência com a vizinhança.

Figura 37 – Vista do Pátio Aberto. Lixo e Sujeira acumulados



Fonte: Karina Cadena. 2018

O telhado estava com várias telhas quebradas, mas a estrutura íntegra, principalmente as peças de madeira (figuras 38 e 39). As luminárias e os ventiladores já estavam sob a ação da maresia e precisam ser substituídos, assim como as instalações elétricas e hidro sanitárias necessitam de reparos, pois muitas gambiarras e fios aparentes foram encontradas no prédio. A caixa d'água existente deverá ser substituída por uma de maior capacidade.

Figura 38 e Figura 39 – Estado de Conservação do Telhado e seus elementos. Sala de Aula 1 e 2, respectivamente



Fonte: Karina Cadena. 2018

As estruturas de pilares, vigas e paredes estão íntegras, mas ainda carecem de substituições e melhorias. A pintura estava desgastada, alguns pontos de reboco por serem feitos. A situação era precária, mas não inviabilizava o uso imediato da edificação.

A porta do depósito (Figura 40) estava em processo avançado de degradação pela ação dos cupins foi substituída. Todos os documentos, fotografias e mobiliários foram limpos e faram parte de exposições.

Figura 40 – Porta do depósito em avançado processo de degradação



Fonte: Karina Cadena. 2018

No mês de maio de 2018, a SEDUC e a GRE autorizaram o PPGAPM a ocupar o prédio do antigo Grupo Escolar. A Coordenação com um grupo de mes-trandos e pessoas da comunidade ligadas à Associação de Moradores do Bairro Coqueiro entre maio e junho estiveram a preparar o edifício para novo uso.

Em junho, o espaço foi revitalizado com uma ação social que envolveu comu-nidade, prefeitura, governo do estado e agentes privados e sociais.

Figura 41 – Logotipo da ação social de junho de 2018



Fonte: Autoria de Victor Veríssimo Guimarães

Realizamos uma limpeza preliminar para excluir parte do lixo que se amon-toava (Figura 42). As salas, pátio e corredor foram repintadas. A primeira sala teve as divisórias para o pretensu laboratórios de informática retiradas. Os pi-sos desgastados foram reparados. Os muros receberam pintura e um grafite do artista Dieson Oliveira (Figura 43).

Figura 42 – Mutirão limpeza do antigo Grupo Escolar



Fonte: Áurea Pinheiro, 2018

Figura 43 – Muro com grafite com arte de rua. Autor: Denilson Oliveira



Fonte: Cássia Moura. 2018

Nos banheiros, as bacias sanitárias ganharam novas caixas acopladas. Na parte externa do banheiro foi instalada um lavatório. A UFPI enviou um bebedouro que ficou localizado na entrada da cantina. Algumas calhas de iluminação foram substituídas e receberam novas lâmpadas. A calçada frontal foi alargada com novo aterro e cimentado. Assim, a estrutura física ficou pronta e o edifício receber sua primeira atividade após sete anos com as portas fechadas.

A ação social “Comunidade, Cidadania e Museologia” ocorreu no dia primeiro de julho de 2018 e contou com a participação ativa da Coordenação do PPGA-PM, dos alunos do mestrado - terceira e quarta turma, Secretária de Segurança Pública, Prefeitura Municipal de Luís Correia, Instituto Tartarugas do Delta, SESC, Associação dos Moradores do Bairro Coqueiro e Deltaconnect serviços de internet. Foram ofertados de maneira gratuita os seguintes serviços: Retirada da primeira via da carteira de identidade, aferição de pressão, testes rápidos de saúde, teste de prevenção contra o câncer de útero, eletrocardiograma, nutrição etc.

Figura 44 – Leitura BIBLIOSESC



Fonte: Áurea Pinheiro. 2018

Figura 45 – Croqui contendo organização geral dos espaços com os serviços



Fonte: Karina Cadena. 2018

Figura 46 – Apresentação do Projeto de Arquitetura para novo uso social para o antigo Grupo Escolar Deputado José Pinto, hoje, sede do Programa, Museu da Vila e sede da Associação de Moradores do Bairro Coqueiro.



Fonte: Joice Oliveira, 2018

No espaço revitalizado ocorreram apresentações culturais de crianças, adolescentes e jovens do Coqueiro, exposições, bazar, maquiagem, desenhos e brincadeiras infantis, contos de história com a presença da biblioteca móvel do Sesc, serviços médicos e de cidadania (expedição de carteira de identidade); apresentação da proposta preliminar para reabilitação do prédio para a comunidade, diretor do Campus Ministro Reis Veloso da UFPI, Deputado Estadual Dr. Hélio Oliveiras e demais autoridades (Figura 46)

Figura 47 – Serviços médicos. Prefeitura Municipal de Luís Correia.



Fonte: Áurea Pinheiro, 2018

Após o evento, com grande participação da comunidade, o prédio foi definitivamente aberto ao público e muitas outras atividades estão a se desenvolver no local. As aulas do mestrado são realizadas no espaço, os mestrados que têm suas temáticas relacionadas ao Projeto Matriz realizam seus estágios curriculares no Museu da Vila abrigado pelo edifício ressignificado; são realizadas oficinas de capacitação e atividades socioeducativas para a comunidade (Figura 48 e 49).

Figura 48 e Figura 49 –Arte educação, Museu da Vila



Fonte: Áurea Pinheiro, 2018

A edição da Feira do Patrimônio 2018 teve como protagonista a comunidade Coqueiro e aconteceu no mês de outubro. Para este novo evento mais algumas reformas foram promovidas, neste interim, a comunidade já havia resolvido juntamente com a Coordenação do PPGAPM denominar o edifício como Museu da Vila (Figura 50).

Figura 50- Pintura Mural (arte de rua) para a Feira do Patrimônio, Museu da Vila



Fonte: Áurea Pinheiro, 2018

O outdoor que impedia a visão da fachada lateral direita do agora Museu da Vila foi retirado e em seu lugar surgiu um ponto de contemplação com uma canoa doada, agora, parte do acervo do museu. A proposta é evidenciar a edificação e tornar o local mais agradável e convidativo (Figuras 51 a 54).

Figura 51 – Fachada Frontal com identidade visual das escolas estaduais – ANTES da revitalização



Fonte: Karina Cadena. 2018

Figura 52 – Fachada Frontal com pintura do primeiro protótipo da identidade visual do MUV e painel pintado com temáticas da Comunidade – DEPOIS da revitalização



Fonte: Karina Cadena. 2018

Figura 53 – Vista da esquina com outdoor – ANTES da Revitalização



Fonte: Karina Cadena. 2018

Figura 54 – Vista da esquina sem outdoor e pintura do logotipo do MUV – DEPOIS da Revitalização



Fonte: Karina Cadena. 2018

No pátio externo, as árvores da vizinhança foram podadas e ganharam coberturas com malhas tensionadas coloridas para proteção solar no período da manhã (Figuras 55 e 56). No corredor das salas de aula foram colocados mobiliários de paletes reaproveitados, doados pela empresa gráfica Halley de Teresina (Figura 57).

Figura 55 – Vista do pátio aberto – ANTES da Revitalização



Fonte: Karina Cadena. 2018

Figura 56 – Vista do pátio aberto com as malhas tensionadas – DEPOIS da Revitalização



Fonte: Karina Cadena. 2018

Figura 57 – Vista do Corredor das salas de aula com nova pintura e mobiliário em paletes – DEPOIS da Revitalização



Fonte: Karina Cadena. 2018

Para o Museu da Vila estamos a realizar estudos e ações para a constituição participativa e colaborativa do Plano Museológico. Este trabalho já faz parte do programa arquitetônico do Museu, há também o programa de comunicação criada pelo arquiteto, design gráfico e mestre Victor Veríssimo Guimarães (logotipo do Museu - Figura 58). Esse trabalho inclui a programação visual. Na fachada do prédio ainda está a logomarca dos estudos preliminares.

Figura 58 – Identidade visual do MUV



Fonte: Victor Veríssimo. 2018

Até o mês de abril de 2019, o Museu da Vila recebeu um número significativo de usuários com a exposição “POR ENTRE RIO E MAR” (Figura 59). A exposição é resultado de mais de dez anos de pesquisa sobre o ofício e modos de saber-fazer da pesca artesanal na APA Delta do Parnaíba.

Figura 59 – Exposição Por entre rio e mar.



Fonte: Cássia Moura, 2018.

As intervenções promovidas pela Coordenação do PPGAPM são provisórias, pois foram realizadas para que o prédio pudesse rapidamente ser usado. De forma eficiente, os reparos e manutenção conseguiram atrair os olhares dos residentes e visitantes para o prédio agora revitalizado.

As mudanças são provisórias, pois há um compromisso firmado entre a UFPI e PPGAPM para disponibilidade financeira para a abertura de processo licitatório para a execução do Projeto Arquitetônico de Reabilitação a ser apresentado no item 6 deste trabalho.

5.2 Oficina de Percepção Espacial e Maquetes

A proposta da oficina de “Percepção Espacial e Maquetes” (Figuras 60 a 62) teve o objetivo de realizar uma escuta sensível sobre os lugares mais representativos na vila-bairro, o que mais agradava e desagradava as pessoas. Ao final, devíamos escolher um lugar/edifício para a elaboração de uma maquete. A maioria dos participantes escolheu a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Livramento (Figuras 63 e 64).

A Igreja primeiramente deveria ser lembrada nos seus detalhes, colunas, cores torre do campanário, porta principal, janelas, cobertura, bancos, vegetação e aproximadamente as suas medidas. Após esse exercício de memória a Igreja foi fotografada para confrontação das informações. Passamos para a parte prática cortar, colar e montar as partes físicas da maquete.

Figura 60 e Figura 61 – Oficina de Percepção Visual e Maquetes



Fonte: Áurea Pinheiro. 2018

Figura 62 – Participantes da Oficina de Percepção Visual e Maquetes e a maquete da Igreja de Nossa Senhora do Livramento



Fonte: Áurea Pinheiro. 2018

Figura 63 – Maquete da Igreja de Nossa Senhora do Livramento - Fachada Frontal



Fonte: Karina Cadena, 2018

Figura 64 – Maquete da Igreja de Nossa Senhora do Livramento - Fachada Lateral Direita



Fonte: Karina Cadena, 2018

Fizemos uma retrospectiva da paisagem cultural da vila-bairro com os desenhos e conseguimos chegar até aproximadamente a década de 1960 (Figura

65). Os relatos dos participantes da oficina revelaram como foi a construção da primeira igreja e os materiais utilizados – carnaúba, palha e terra batida.

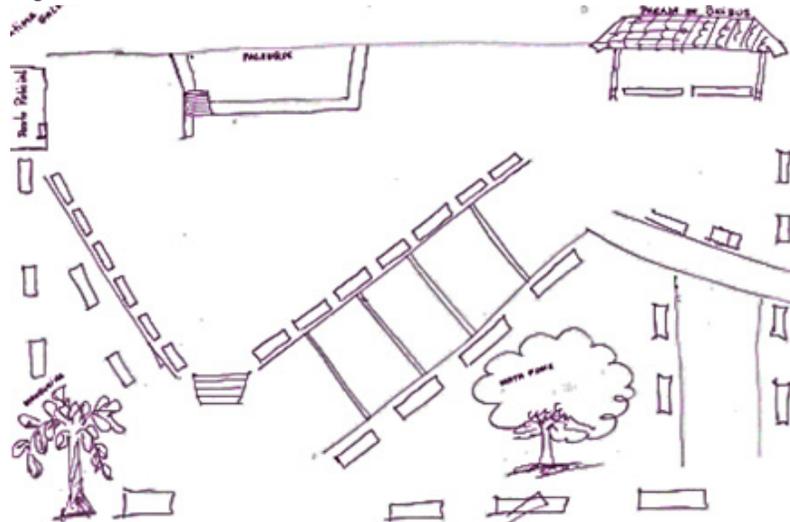
Figura 65 – Desenho Livre do Estádio Cascudão e seu entorno



Fonte: Participante da Oficina de Percepção Visual e Maquete – Joana D'arc. 2018

Destacaram as modificações do perímetro original da Praça Principal (Figura 66) e os equipamentos de uso coletivos que ficavam no entorno, como a lavanderia comunitária e o ponto de ônibus. Comentaram acerca das transformações na paisagem do lugar, as dunas, as lagoas de água doce, a chegada da rede elétrica e abastecimento de água, do asfalto.

Figura 66 – Desenho Livre do Estádio Cascudão e seu entorno



Fonte: Participante da Oficina de Percepção Visual e Maquete – Fátima Galeno. 2018



86 | **Projeto Arquitetônico de Reabilitação para Novo Uso Social**
do Antigo Grupo Escolar Deputado João Pinto Bairro Coqueiro | Luís Correia | Piauí

Tivemos a participação de três gerações de duas famílias de moradores, em um total de 15 pessoas, de 5 a 85 anos. O tom da conversa foi nostálgico, mas foi sinalizado que alguns problemas urbanos ainda estão distantes de serem solucionados, como é caso da mobilidade. Para as pessoas que participaram da oficina a vila-bairro do Coqueiro é o melhor “lugar do mundo”.



6 PROPOSTA ARQUITETÔNICA DE REABILITAÇÃO DO ANTIGO GRUPO ESCOLAR DEPUTADO JOÃO PINTO

Apresentamos Proposta Arquitetônica de Reabilitação do Antigo Grupo Escolar Deputado João Pinto, para a instalação do Museu da Vila localizado no Bairro Coqueiro, município de Luís Correia, Piauí. Trata-se do Produto Final de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí.

Estabelecer o conceito de Projeto foi necessário, para limitar e definir as especificações, determinar aspectos relativos à função, construção, materialidade e relação com o entorno. O programa de necessidades foi elaborado inicialmente como uma intenção para o projeto e fornecer informações quanto às acomodações, exigências de layout interno, instalações e equipamentos especializados.

A pesquisa partiu da caracterização da proposta a ser instalada naquele prédio sem uso, inicialmente pensado para a um Centro de Interpretação e posteriormente não muito diferente do programa inicial, o Museu da Vila. Chegamos às atividades que deveriam ser desenvolvidas: pesquisa, documentação, conservação preventiva e outras atividades vinculadas ao processo de comunicação, técnicas expositivas, abordagens pedagógicas, trabalhos comunitários de natureza multiprofissional, interdisciplinar com o propósito de conhecer, compreender, sistematizar e divulgar o perfil patrimonial da comunidade e contribuir para a qualidade de vida no bairro.

O edifício não tem a relevância arquitetônica dos edifícios tombados dos séculos passados, porém, caso consideremos a importância deste para a comunidade foi imprescindível uma arquitetura sensível para não descaracterizar todo o edifício e erguer um edifício distinto da realidade do local.

As tipologias do entorno, casas de dois pavimentos ou térreas, casas com telhados em duas águas, seus pontos de visada, condições climáticas, seus gabaritos, materiais, técnicas construtivas, cores e marcas do passado, além das marcas de identidade, memórias e a dinâmica urbanísticas ali estabelecidas foram as inspirações para o desenvolvimento da ideia propulsora - o Conceito.

Em resposta à sua função, ao entorno e ao programa de necessidades desenvolvemos um conceito de uma edificação completamente funcional com o mínimo de demolições, sem decepcionar aqueles que apreciavam o prédio preexistente. Deixamos o espaço principal quase intacto se não fosse pela criação de um pavimento sobre o pátio central, com materiais encontrados em demais

casas da comunidade, o que respeita os gabaritos das residências de dois pavimentos. A instalação de um segundo pavimento se deu pela necessidade de mais espaço para as atividades do Museu.

Uma nova estrutura foi projetada para aprimorar a experiência dos visitantes e usuários. Através da criação de uma sequência de espaços internos acessíveis aumentará a variedade de projetos e ações que podem ser realizadas no Museu e ainda estabelecer uma conversa inesperada e instigante entre a antiga e a nova proposta.

O projeto arquitetônico prevê a criação de salas de exposições no pátio central, sala de estudos e documentação a serem localizadas em parte de uma das antigas salas de aula, duas salas multifuncionais, uma para aulas e outra para atividades diversas (multiuso), um espaço para café a ser instalado no antigo refeitório, um depósito, dois banheiros acessíveis e a diretoria será a administração do Museu e também a coordenação do Mestrado.

O uso de pergolados no bairro é recorrente, o que nos fez optar pela implantação deste elemento no afastamento de fundos do edifício. Pensamos em ampliar as áreas de exposição e apresentações artísticas e culturais no piso superior.

Foi necessária muita atenção aos detalhes, relacionando as novas e antigas edificações. Os novos elementos da construção adicionadas completam os materiais do antigo prédio. É o caso dos forros a serem instalados nas salas de aulas, estes deixaram aparente as tesouras de estruturação do telhado.

Toda a sinalização do edifício será acessível; a comunicação já foi criada e será readequada. Na fachada foram respeitadas as repetições dos elementos de marcação e maior modificação será a implantação do pavimento superior na parte central do edifício, marcação da entrada principal através de uma marquise e o desenvolvimento das cores dentro de uma cartela de azuis e verdes.

Foi criado para as áreas externas do prédio rampas de acesso e jardim temático com elementos da cultura local - canoa, redes, pedras, coqueiros e um mapa afetivo do bairro pintado em formato de painel.

O projeto arquitetônico foi desenvolvido em observância à forma e o sentido cultural construídos para criar e estabelecer a ideia de 'preservação' e 'transmissão' do patrimônio cultural da vila-bairro.

Para a concepção arquitetônica o contexto geral do bairro foi estudado, analisado e considerado de maneira deliberada, para estabelecermos uma conexão clara do edifício com o conceito proposto, de forma que o projeto resultante estivesse integrado e praticamente camuflado em seu ambiente.

Foi considerada de forma alargada e aprofundada o entendimento do conceito de Patrimônio Intangível por meio da “Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Imaterial” (UNESCO, 2003). O reconhecimento da categoria, demandou um lento processo cultural e assim foi definido:

Patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos, técnicas – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural intangível, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e pelos grupos em função de seu ambiente, sua interação com a natureza e sua história, e proporciona-lhes um sentido de identidade e de continuidade, promovendo o respeito à diversidade cultural e criatividade humana. (UNESCO, 2003)

O levantamento histórico nos forneceu importantes motes para a ideia do projeto. As análises históricas e os significados identificados no seio da comunidade serviram de inspiração para as ideias. Também a análise paisagem nos deu condição para sugerir soluções de arquitetura adequadas ao lugar e ao significado e que irão contribuir para a preservação de seu contexto. Conforme Farrelly (2014, p. 24) “Uma paisagem, independente da sua escala, gera novas possibilidades de trabalho, moradia e lazer. Para que um arquiteto possa responder à paisagem com uma proposta de projeto - urbana, aberta, fechada ou rural -, será necessária a compreensão tanto intuitiva e subjetiva como quantitativa e objetiva”.

¹ Esta norma fixa as condições exigíveis para a representação gráfica de projetos de arquitetura, visando à sua boa compreensão.

² Estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade.

³ Estabelece os procedimentos gerais e as diretrizes para a aplicabilidade e produção das principais etapas para a elaboração e o desenvolvimento dos serviços especializados de projetos técnicos profissionais, arquitetônicos e especializados de projetos técnicos profissionais, arquitetônicos e urbanísticos, considerando-se outras normas específicas e apropriadas, de acordo com as diversas especialidades envolvidas em cada projeto.

No Projeto Arquitetônico de Requalificação consideramos as marcas desse lugar de memória, bem como o programa de necessidades do Museu: uma sala de exposições; um núcleo de pesquisa, documentação e memória; uma sala multiuso; um pavimento superior; um refeitório, um depósito e dois banheiros. Há ainda pergolados para ampliar a área de exposições, sinalização do edifício, readequação das fachadas e implantação de escultura, de forma a representar a principal atividade dos moradores do Coqueiro da Praia - a pesca artesanal.

Na nova estrutura haverá uma sala de exposições, um núcleo de estudos e documentação e uma sala para atividades diversas (multiuso), um piso superior, um café, um depósito e dois banheiros acessíveis. Ainda implantação de pergolado para ampliar as áreas de exposição, sinalização do edifício, readequações nas fachadas e implantação de escultura representado a principal atividade dos moradores do Coqueiro. Todo o projeto arquitetônico terá seu desenvolvimento a partir das normatizações da ABNT NBR 6492/1994¹, NBR 9050/2015², NBR 16636-1/2017³ e os condicionantes legais municipais, estaduais e federais.

6.1 Programa de Necessidades

O programa de necessidades visou limitar e definir as especificações do projeto (Tabela 3), determinando aspectos relativos à função, construção, materialidade e relação com o terreno e seu entorno. Foi elaborado com base nos estudos de casos, nas exigências legais e nas necessidades dos futuros usuários.

Juntamente com a Coordenação do PPGAPM conseguimos conceber um Programa de Necessidade básico que considerou primeiramente as características do Museu a ser implementado no prédio e depois quais seriam as mínimas interferências na antiga edificação, para que a mesma conseguisse manter as feições originais.

Resolvemos utilizar a antiga setorização (Administração, Lazer e Educação) as áreas e adaptá-las as funções do Museu.

Tabela 02 – Programa de Necessidades do MUV

QUANT.	ESPAÇOS	ÁREAS (m ²)	
1	Sala da Coordenação do Mestrado	13,79	ADMINISTRAÇÃO
1	Café	11,29	
1	PCD Feminino	3,93	
1	PCD Masculino	3,80	
1	Depósito 1	7,90	
1	Depósito 2	2,25	
1	Circulação	26,00	LAZER E EXPOSIÇÃO
1	Pergolado	16,13	
1	Exposição e Eventos	88,51	
1	Segundo pavimento	88,51	
1	Área Descoberta	24,32	DOCUMENTAÇÃO E EDUCAÇÃO
1	Sala Multiuso	46,52	
1	Sala de Documentação e Pesquisa	27,76	
1	Laboratório Audiovisual	18,84	
	TOTAL	357,47	

Fonte: editado pela autora. 2019.

Varine (2012) nos diz que o museu deve ser uma expressão do território, qualquer que seja a entidade que toma iniciativa e a autoridade que o controla: associação, mecenas, administração local, instituição científica, agência do desenvolvimento, programa de turismo cultural, etc. Seu objetivo é a valorização desse território e, sob esse ponto de vista, é realmente um instrumento do desenvolvimento em primeiro grau.

Procuramos entender a dinâmica diferenciada da natureza de um Museu-território, afim de, lidarmos com um edifício emblemático, mas com limitações espaciais. Como um programa de necessidades de um museu clássico poderia

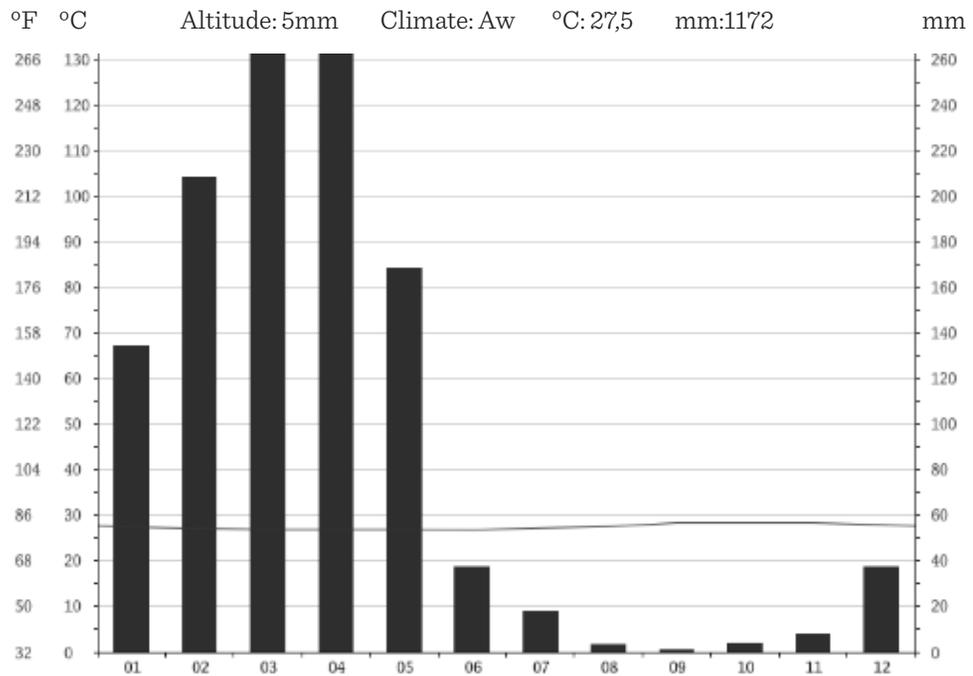
se comunicar com este espaço? Não foi possível contemplarmos no programa de necessidades a Reserva Técnica, Acervo, Restauro, por exemplo. Mas concordamos novamente com Varine e não há problema nenhum na ausência destes compartimentos, pois nossa reserva técnica e acervo quando não está à céu aberto, encontramos nas casas dos residentes da Comunidade.

Pode ainda ser um museu no sentido habitual (edifícios, exposições, coleções, programas de coleta, de conservação, de estudo, de difusão cultural), que seja focado no território, em seus habitantes e em seus visitantes. Neste caso, ele se descentralizará em diversos pontos característicos do território e procurará dispor de uma coleção e de uma documentação tão exaustivas quanto possível, bem como refletir todas as preocupações do território, de seus habitantes, de suas estruturas de desenvolvimento. (VARINE, 2012).

6.2 Clima de Luís Correia

O clima é tropical chove muito mais no verão que no inverno. O clima é classificado como Aw segundo a Köppen e Geiger e 27,5 °C é a temperatura média. Pluviosidade média anual de 1172 mm, a precipitação do mês setembro de 1 mm é considerado o mês mais seco. E, o mês de março é o mês de maior precipitação com uma média de 289 mm (Gráfico 1).

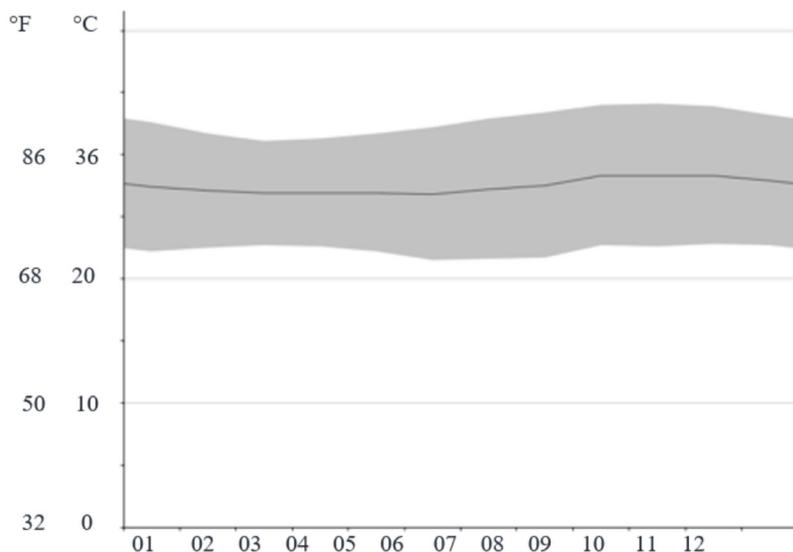
Gráfico 01 – Gráfico de temperaturas e precipitações médias do município de Luís Correia



Fonte: Climate-data.org. 2019

Com uma temperatura média de 28.3 °C, Luís Correia possui o mês de setembro como o mais quente do ano. Junho é o mês com a mais baixa temperatura ao longo do ano com uma temperatura média de 26.8 °C (Gráfico 2).

Gráfico 02 – Gráfico de temperaturas e precipitações médias do município de Luís Correia



Fonte: Climate-data.org. 2019

Comparando o mês mais seco com o mês mais chuvoso verificamos que existe uma diferença de precipitação de 288 mm. As temperaturas médias têm uma variação de 1.5 °C durante o ano (Gráfico 3).

Gráfico 03 – Gráfico climatológicos para Luís Correia

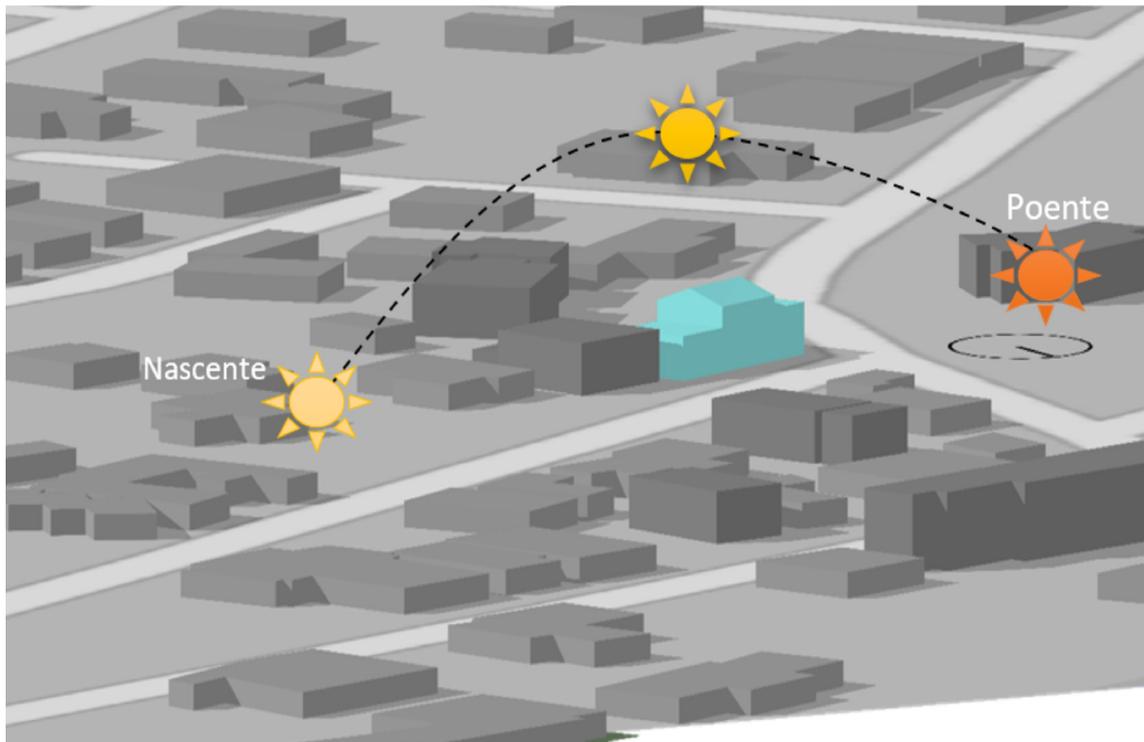
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Temp. Média (°C)	27,4	27,1	26,9	26,9	26,9	26,8	27,2	27,5	28,3	28,3	28,3	27,9
Temp. Mínima (°C)	22,2	22,5	22,7	22,6	22,2	21,5	21,6	21,7	22,7	22,6	22,8	22,7
Temp. Máximo (°C)	32,6	31,7	31,1	31,3	31,7	32,2	32,9	33,4	34	34,1	33,9	33,2
Temp. Média (°C)	81,3	80,3	80,4	80,4	80,2	81,0	81,5	82,9	81,5	82,9	82,9	82,2
Temp. Mínima (°C)	72,0	72,5	72,9	72,7	72,0	70,7	70,9	71,1	72,9	72,7	73,0	72,9
Temp. Média (°C)	90,7	89,1	88,0	88,3	89,1	90,0	91,2	92,1	92,1	93,4	93,0	9,8
Chuva (mm)	134	208	289	265	168	37	18	3	1	4	8	37

Fonte: Climate-data.org. 2019, editado pela autora. 2019

6.2.1 Estudo de Insolação

O conforto térmico da edificação é uma premissa importante de projeto. Para isso, é necessário analisar a orientação solar e a direção dos ventos na região. Assim, devemos procurar o melhor posicionamento para a edificação no terreno. Na reabilitação aqui apresentada a análise foi importante para introduzir elementos de composição de fachada (beirais, pergolados e marquises) para minimizar o efeito da insolação solar sobre as fachadas (Figura 67).

Figura 67 – Esquema de Insolação do Edifício

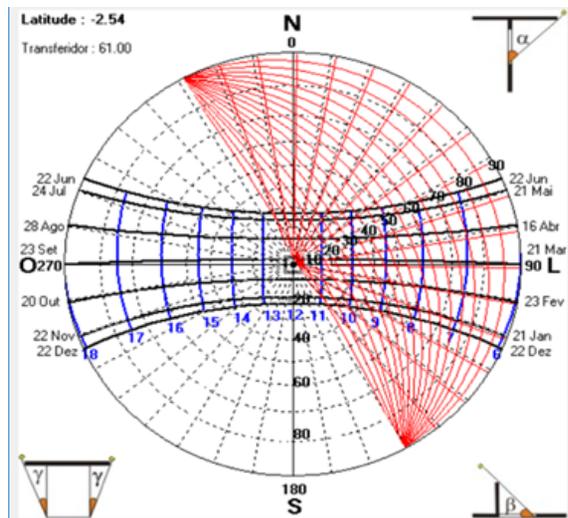


Fonte: Editado pela autora e Vinícius Monteiro. 2019

No estudo de insolação realizado no prédio foram analisadas as quatro fachadas e determinado através do software SOL-AR assim pudemos identificar quais fachadas recebem maior incidência solar durante o ano, com especificação de meses e horários.

A fachada nordeste, orientada a 61° em relação ao norte verdadeiro, recebe insolação direta de janeiro a junho das 6:00 às 11:00 (Gráfico 4).

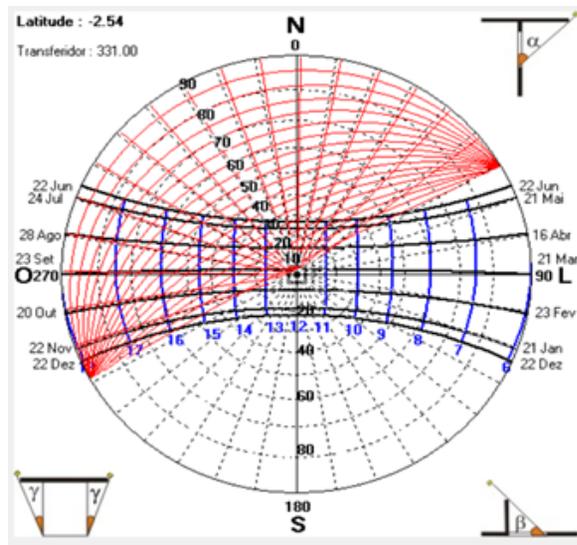
Gráfico 04 – Estudo de Insolação das Fachadas Nordeste



Fonte: Software SOL-AR. Editado por Adalberto Júnior. 2018.

A fachada noroeste, orientada a 331° em relação ao norte verdadeiro, recebe insolação direta de junho a dezembro das 16:00 às 18:00 (Gráfico 5).

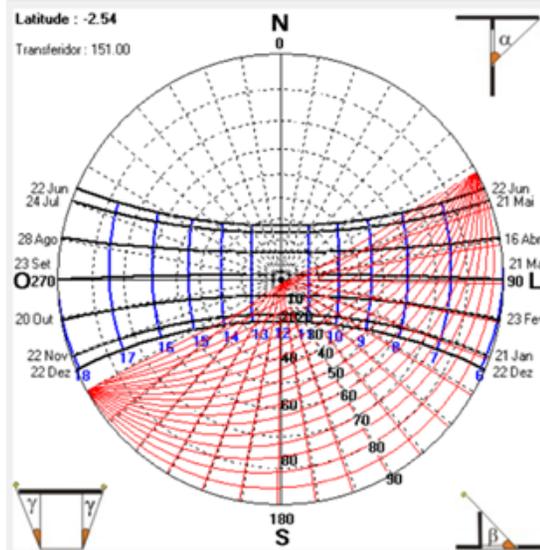
Gráfico 05 – Estudo de Insolação das Fachada Noroeste



Fonte: Software SOL-AR. Editado por Adalberto Júnior. 2018.

A fachada sudeste, orientada a 151° em relação ao norte verdadeiro, recebe insolação direta de janeiro a junho das 6:00 às 15:00 (Gráfico 6).

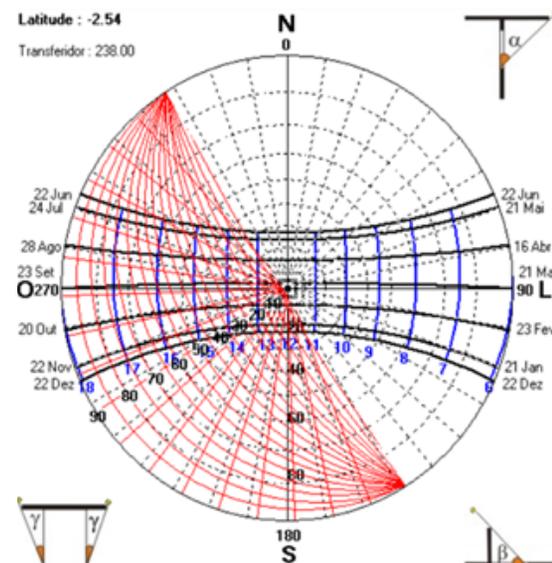
Gráfico 06 – Estudo de Insolação das Fachada Sudeste



Fonte: Software SOL-AR. Editado por Adalberto Júnior. 2018.

A fachada sudoeste, orientada a 238° em relação ao norte verdadeiro, recebe insolação direta de junho a dezembro das 11:00 às 18:00 (Gráfico 7)

Gráfico 07 – Estudo de Insolação das Fachada Sudoeste



Fonte: Software SOL-AR. Editado por Adalberto Júnior. 2018.

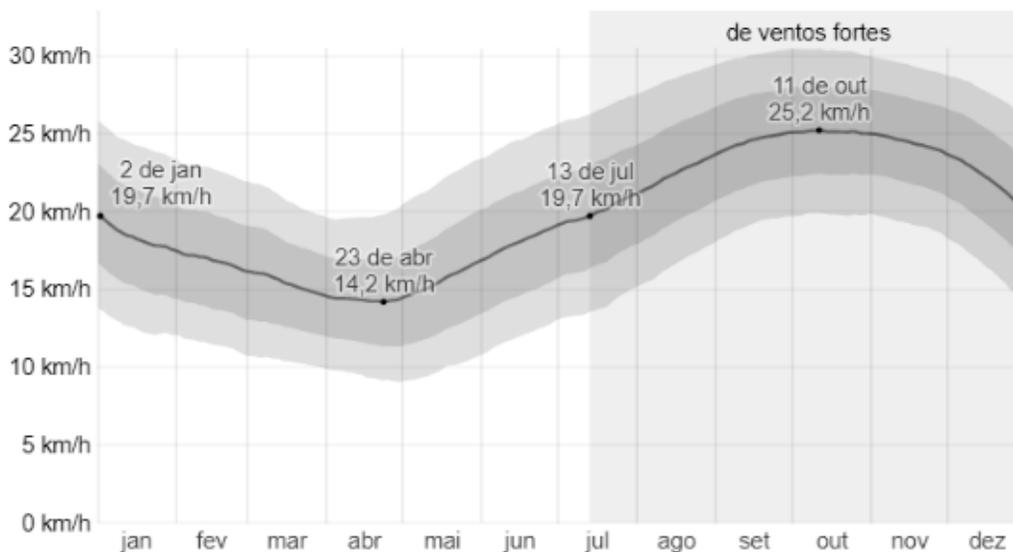
6.2.2 Estudo de Ventilação

A sensação de vento em um determinado local é fator que depende da topografia local e dentre outros fatores. A velocidade e a direção do vento em um instante variam muito mais do que as médias horárias.

A velocidade horária média do vento em Luís Correia passa por variações sazonais significativas ao longo do ano (Gráfico 8). A época de mais ventos no ano dura 5,6 meses, de 13 de julho a 2 de janeiro, com velocidades médias do vento acima de 19,7 quilômetros por hora. O dia de ventos mais fortes no ano é 11 de outubro, com 25,2 quilômetros por hora de velocidade média horária do vento.

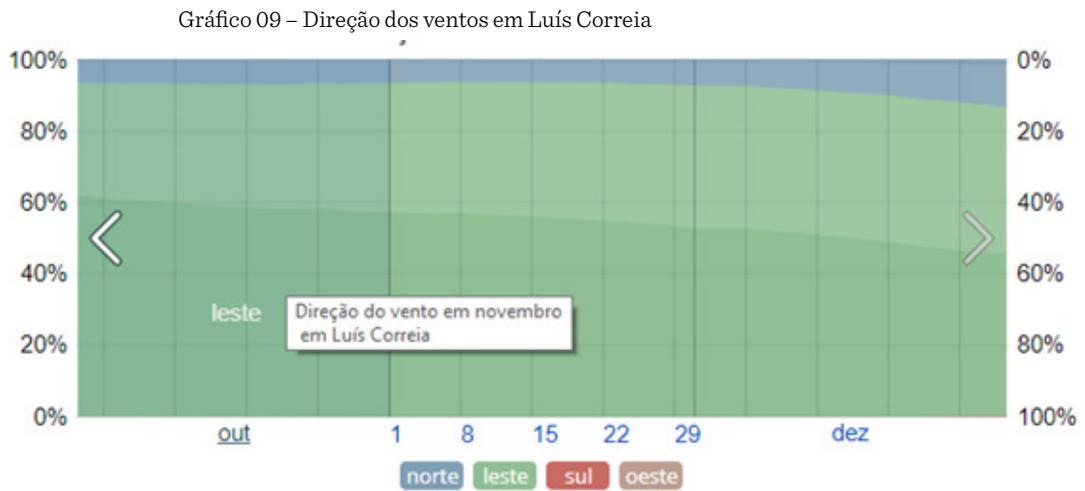
A época mais calma do ano dura 6,4 meses, de 2 de janeiro a 13 de julho. O dia mais calmo do ano é 23 de abril, com 14,2 quilômetros por hora de velocidade horária média do vento. Velocidade média horária do vento (linha cinza escuro – Gráfico 6), com faixas do 25º ao 75º e do 10º ao 90º percentil. A direção média horária predominante do vento em Luís Correia é do Leste durante todo o ano.

Gráfico 08 – Velocidade dos ventos em Luís Correia



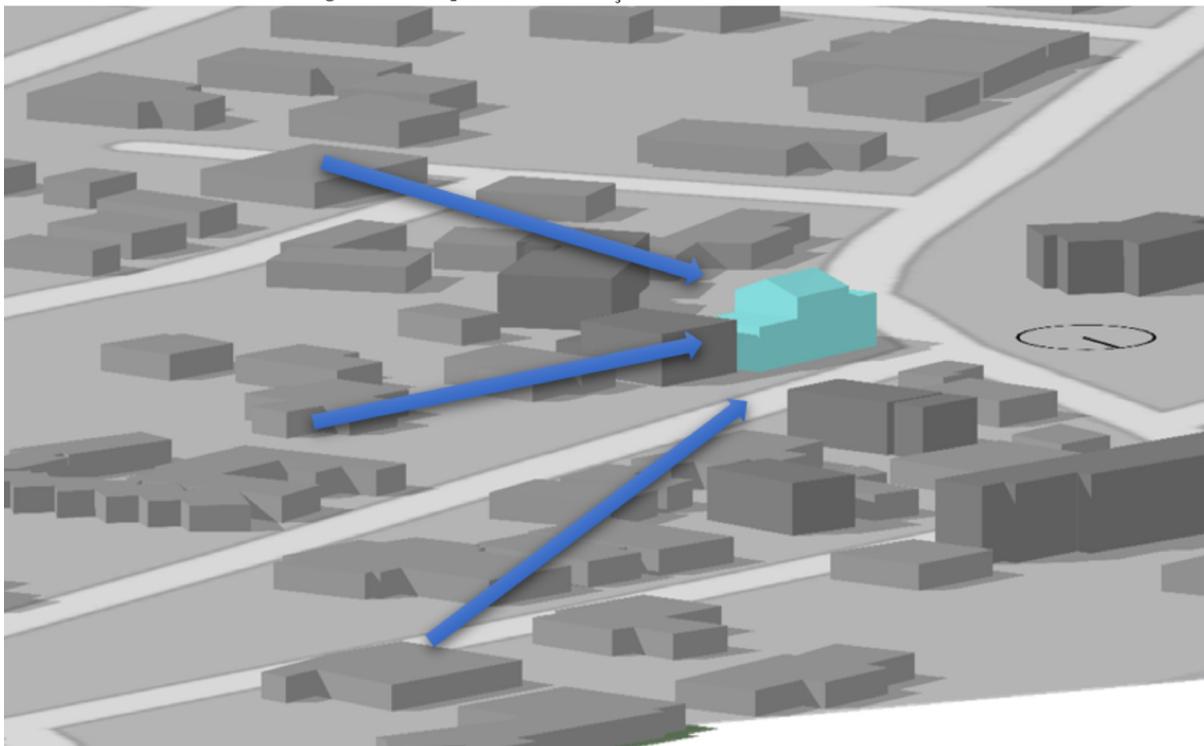
Fonte: Weather Spark. 2019.

A direção média horária do vento em Luís Correia durante novembro é predominantemente do Leste (Gráfico 9), com proporção máxima de 94% em 7 de novembro. A porcentagem de horas em que o vento tem direção média de cada uma das quatro direções cardeais de vento, exceto nas horas em que a velocidade média do vento é inferior a 1,6 km/h. As áreas mais esmaecidas nas interseções indicam a porcentagem de horas passadas nas direções intermediárias implícitas (nordeste, sudeste, sudoeste e noroeste) (Figura 68).



Fonte: Weather Spark. 2019.

Figura 68 – Esquema de ventilação do Edifício



Fonte: Editado pela autora e Vinícius Monteiro. 2019

A arquitetura foi concebida a partir da premissa de criarmos um edifício funcional e acessível, com uma linguagem contextualizada, respeitando o seu entorno e a paisagem cultura o qual está inserido. Pretendemos estabelecer um diálogo às vezes inesperado e instigante entre a antiga Escola e o novo Museu. A

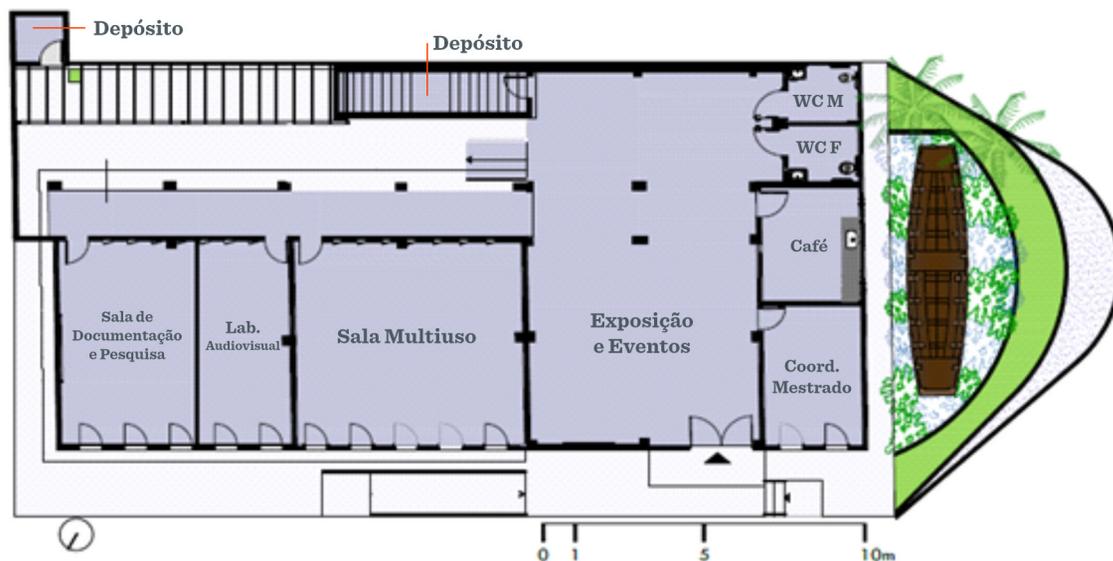
maioria das características originais foram preservadas mesmo com o novo uso pretendido de forma que a edificação resultante esteja integrada e praticamente camuflada em seu ambiente.

A proposta foi finalizada após todo embasamento teórico obtido com as pesquisas mencionadas nos itens anteriores. Estrutturamos a Proposta Arquitetônica em tópicos que irão facilitar o entendimento e a leitura do projeto.

6.3 Partido Arquitetônico

A ideia propulsora do projeto foi dar uma resposta bem integrada e sensível àquela edificação emblemática. O maior desafio para a implantação do MUV foi ampliar o antigo edifício sem decepcionar aqueles que apreciavam o prédio preexistente. Novos espaços internos e externos totalmente acessíveis poderão aumentar o número e a variedade de eventos e atividades a serem realizadas no Museu (Figura 69).

Figura 69 – Planta Baixa Térreo MUV



Fonte: Karina Cadena. 2019

O pátio interno coberto existente receberá um novo pavimento que configurará um espaço multiuso (Figura 70). Nele acontecerão as exposições e os eventos e para isto prolongamos o piso do pátio até muro dos fundos.

Os problemas das inclinações das rampas, desníveis de pisos e banheiros acessíveis masculino e feminino foram resolvidos. Sugerimos para posterior a implementação de plataforma elevatória a ser instalada na escada de acesso ao



segundo pavimento. Assim, a estrutura física do prédio se tornará totalmente acessível. Necessitando, porém, das demais medidas de acessibilidade urbana do entorno do museu para que tenhamos no futuro um museu acessível.

Figura 70 – Pátio Coberto – Área de Convivência e Exposição



Fonte: Tiago Bastos. 2019

Abaixo da escada, no térreo, foi projetado um depósito para a guarda de materiais expositivos (Figuras 71 e 72).

Figura 71 – Pátio Descoberto – Área de Convívio



Fonte: Tiago Bastos. 2019



Figura 72 – Pátio Descoberto – Área de Convívio



Fonte: Tiago Bastos. 2019

As salas de aula ganharão novos mobiliários desenvolvidos na Marcenaria da Vila com materiais sustentáveis. Os cobogós em concreto foram mantidos e ganharão um reforço em vidro, que pode ser aberto, quando o ar condicionado não estiver sendo usado e se optar por uma ventilação natural.

A primeira sala foi projetada para assumir características de multiusos, ou seja, será capaz de transformar seu layout para receber qualquer tipo de evento (Figuras 73). As instalações elétricas foram projetadas para dar versatilidade a esta sala. Os elementos mais representativos do edifício serão mantidos (tesouras, portas de entrada, cobogós e quadro negro).

Figura 73 – Sala Multiuso



Fonte: Tiago Bastos. 2019



A segunda Sala foi projetada para receber o Centro de Documentação. Nesse espaço tivemos um cuidado com a acústica, para tanto, as paredes e o teto deverão ser revestidos com materiais acústicos (Figura 74 e 75).

Figura 74 – Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória



Fonte: Tiago Bastos. 2019

Figura 75 – Laboratório Audiovisual



Fonte: Tiago Bastos. 2019



Figura 76 – Coordenação do Mestrado



Fonte: Tiago Bastos. 2019

Figura 77 – Café da Vila

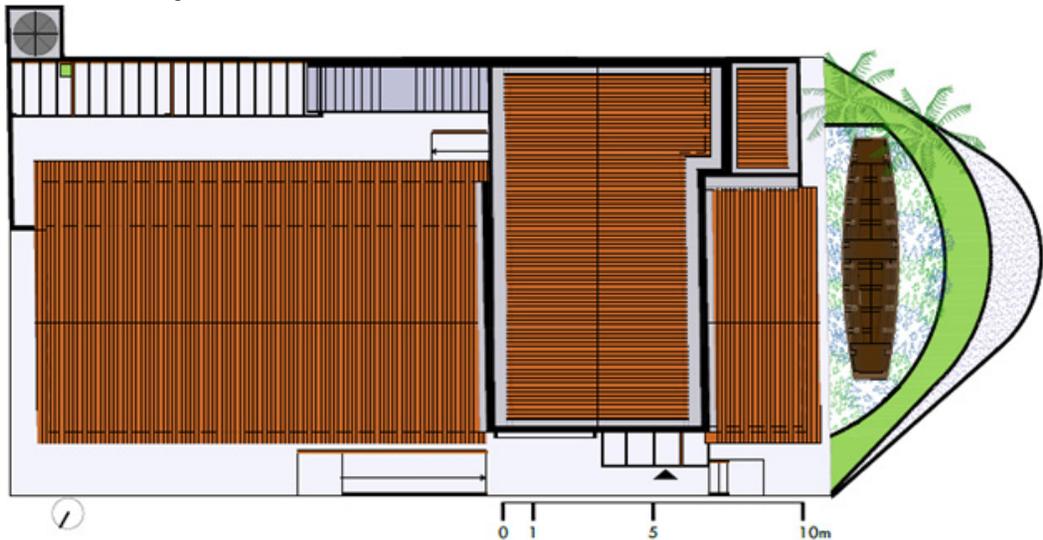


Fonte: Tiago Bastos. 2019

Na cobertura foram implementadas algumas modificações para melhorar a condição física do próprio edifício e na composição volumétrica do museu (Figura 78). Foram especificadas telhas cerâmicas e termo acústicas, estas estão

localizadas nos telhados aparentes existentes e nos telhados em platibanda, respectivamente.

Figura 78 – Planta de Cobertura MUV



Fonte: Karina Cadena. 2019

As salas receberão forros de gesso acartonado junto ao telhado e obedecerão a inclinação dele, assim, as tesouras ficaram aparentes e juntamente com os cobogós contarão a própria história do edifício.

A proposta respeitou a divisão visual da volumetria original do edifício (Figura 79). Conforme o Programa de Necessidades, que também está refletido na fachada temos: Bloco 1 – Educação e Documentação, Bloco 2 – Lazer e Exposição e, Bloco 3 – Administração, Café e Banheiros.

Figura 78 – Planta de Cobertura MUV



Fonte: Tiago Bastos.2019

O primeiro bloco sofrerá poucas interferências, as janelas serão substituídas por modelo em madeira, tipo veneziana e vidro e receberão apenas verniz. As telhas continuarão aparentes, mas passarão por manutenção e substituições, algumas encontram-se em avançado estado de porosidade. Iluminações de efeito ajudarão a compor a fachada do MUV.

No segundo bloco estará a entrada principal abrigada por uma marquise em material resistente a maresia, ACM. Nesta também serão implementados os cobogós, elemento constantemente utilizado na construção do antigo prédio e eficiente na ventilação cruzada do museu. Este elemento vazado dará maior iluminação e ventilação naturais (Figura 80).

Figura 80 – Proposta para Fachada Lateral Direita do MUV



Fonte: Tiago Bastos. 2019

O espaço multiuso criado no segundo pavimento possui uma área de 88,51m² e foi criado aumentar a área de útil do museu e poderá abrigar palestras, oficinas, exposições, dentre outros usos (Figuras 81 e 82). O segundo pavimento coincide com o pátio interno coberto. Propomos o piso do segundo pavimento seja em cerâmica com PEI V, para suavizar as cargas na nova estrutura projetada e facilitar a manutenção.

Figura 81 – Planta do Segundo Pavimento do MUV



Fonte: Karina Cadena. 2019

Figura 82 – Espaço Multiuso no Segundo Pavimento do MUV



Fonte: Tiago Bastos. 2019

O terceiro bloco está mais próximo na esquina e será totalmente pintado em azul claro acinzentado. Da mesma forma que o bloco 1 as janelas serão substituídas por modelo em madeira, tipo veneziana e vidro e receberão apenas verniz. Neste bloco foram mantidos os mesmos aspectos visuais do edifício original –

altura, cobertura e esquadrias, afim de obtermos a mesma linguagem arquitetônica entre os blocos administrativo e de educação e, assim podemos enfatizar o bloco central do lazer e exposições.

Para que os blocos fossem distintos, neste resolvemos dar mais altura e atrair olhares dos transeuntes. Para isso o telhado foi embutido em formato de platibanda através do uso de telhas termo acústicas e calhas internas para captação das águas pluviais. Nas platibandas serão instaladas as condensadoras dos ares condicionados que deverão ser instalados nas salas da Coordenação, Multiuso e Documentação.

7 CONCLUSÃO

Nos apropriamos da museologia e inovação social para criarmos uma arquitetura mais sensível para o Museu da Vila. Consideramos a natureza de um museu inclusivo, para as comunidades da APA Delta do Parnaíba. Durante todo o processo de maturação do desenvolvimento da proposta, buscamos conhecer a vida cotidiana das pessoas que residem na vila-bairro, lugares, celebrações, formas de expressão, modos de saber-fazer. Considero-me comunidade, conheço e frequento a vila-bairro desde a infância.

Acreditamos que o edifício do antigo Grupo Escolar Deputado João Pinto até o primeiro dia do mês de julho de 2018 quando esteve fechado por sete anos tem outro significado, agora revitalizado e com perspectivas reais de execução deste projeto arquitetônico. Pensamos em seus usuários, os moradores da vila-bairro, que ganharam um lugar lazer, cultura e educação. Os pesquisadores e visitantes já têm a possibilidade de desfrutar dos ambientes do Museu e partilharem seus estudos e pesquisas multidisciplinares sobre o território.

A proposta aqui apresentada é o início e não o fim. Esse processo participativo revelará atores de transformação dentro da comunidade que poderão realizar o reencontro do edifício (arquitetura) com as pessoas. Portanto, sugerimos que para a execução do Projeto de Reabilitação, seja acrescido no Termo de Referência que a Construtora vencedora do certame se comprometa a contratar mão-de-obra da comunidade e também capacitar pessoas interessadas nos ofícios relacionados a construção civil.

Os projetos variam em termos de duração e complexidade, mas em cada caso sua elaboração e execução representam uma trajetória que nos revela como o prédio foi gerado. Das cinco etapas fundamentais em um projeto e execução: o conceito, a análise do prédio, o desenvolvimento do projeto, o detalhamento, a construção e os pós obra, apenas três dessas etapas puderam ser desenvolvidas no período do Mestrado. Assim, orientamos a UFPI que no período da obra, a arquiteta responsável pela elaboração do projeto, Karina Maria Ferraz dos Santos Cadena, CAU A107521-7, seja consultada para dirimir dúvidas e possíveis modificações.

Portanto, o edifício renovado será um convite aos moradores e visitantes a partilharem dos modos de saber-fazer, formas de expressão, lugares, celebrações, costumes, valores, experiências espaciais, ações e intervenções educativas; onde cultura, história e meio ambiente se cruzarão com atividades humanas, como a pesca artesanal, a construção de embarcações, o artesanato de fibras, linha, madeira, gastronomia e turismo de base comunitária.

108 | **Projeto Arquitetônico de Reabilitação para Novo Uso Social**
do Antigo Grupo Escolar Deputado João Pinto Bairro Coqueiro | Luís Correia | Piauí

Além disso, também um instrumento de emancipação social da Comunidade, pois teremos a Universidade sediada naquele lugar através do PPGAPM. O ensino extramuros a serviço das pessoas como deve ser.

8 REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchio / Zygmunt Bauman; tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRASIL. ICMBio. Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, 2018. Disponível em: Acesso em: 28 abr. 2019

BRASIL. Ministério da Educação. **Subsídios para elaboração de projetos e adequação de edificações escolares espaços educativos ensino fundamental** – FUNDESCOLA BRASÍLIA, 2002 cadernos técnicos 4 volume1. Disponível em: < <http://livros01.livrosgratis.com.br/me000575.pdf>. Acesso em 19 de abril de 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21**: construção sustentável. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/urbanismo-sustentavel/constru%C3%A7%C3%A3o-sustent%C3%A1vel.html>>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Avaliação ambiental estratégica do PRO-DETUR nacional no estado do Piauí**, Polo Costa do Delta e Polo das Origens. 2010. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/DPROD/AVALIACAO_AMBIENTAL/PI/AAE_P1.pdf. Acesso em 19 out 2016.

BRASIL. Presidência da República. Decreto de 28 de agosto de 1996. Dispõe sobre a criação da **Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba**, nos Estados do Piauí, Maranhão, e Ceará, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1996/Dnn4368.htm. Acesso em: 21 abr. 2018.

BRUNO, M. C. O. **Museologia e museus**: os inevitáveis caminhos entrelaçados. Cadernos de sociomuseologia, Lisboa:, n.25. 2006. Acesso: < <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/archive>>. Acesso em: 09 novembro 2018.

BUFFA, E. PINTO, G. A. **Arquitetura e Educação**: Organização do Espaço e Propostas Pedagógicas, 2002.

CÂNDIDO, M. M. D. **Gestão de Museus, um desafio contemporâneo**: Diagnóstico Museológico e Planejamento. 2 ed. Porto Alegre: Mediariz, 2014.

CAMARENA, C. y MORALES, T. **Manual para la creación y desarrollo de museos comunitarios**. la Fundación Interamericana de Culturay Desarrollo (ICDF). La Paz. Bolivia. 2009. Disponível em <<https://mediacionartistica.files.wordpress.com/2014/02/manual-para-la-creacion-y-desarrollo-de-museos-comunitarios.pdf>>. Acesso: 02 de novembro de 2018.

CASALARDE, Flávio de Lemos. **A pedra e o tempo: arquitetura como patrimônio cultural**: Belo Horizonte. Editora UFMG. 2014.

CHAGAS, M. de S. **Memória e poder: dois movimentos**. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Lisboa. 2011. Disponível em: <http://www.museologia-portugal.net/files/memoria_e_poder_dois_movimentos.pdf>. Acesso em 02 nov 2018.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Ed.UNESP, 2001.

CLIMATE-DATE.ORG. **Clima de Luís Correia**. Disponível em: <<https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/piaui/luis-correia-44097/>> Acesso em: 12 de abril de 2019.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS PORTUGAL. ICOM PORTUGAL. **Definição: Museu**. Disponível em: <<http://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/>>. Acesso em 17 novembro de 2018.

DESVALÉES, A. **Terminología Museológica**. Projecto Permanente de Investigación. Rio de Janeiro: ICOFOM/ICOFOM-LAM/Tacnet Cultural, 2000. Disponível em: <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Museologie_EspagnoL_BD.pdf>. Acesso em: 02 nov 2018.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (Ed.). **Conceitos Chaves da Museologia**. São Paulo: Armand Colin, 2013. 100 p.

FARRELLY, L. **Fundamentos de arquitetura**. 2. ed. tradução Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2014.

FDE. **Fundação para o Desenvolvimento da Educação**. 2016. Disponível em: <http://catalogotecnico.fde.sp.gov.br/meu_site/index.html>. Acesso em: 15 abr. 2019.

FRAMPTON, K. **História crítica da arquitetura moderna**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

GIRAUDY, Danièle; BOUILHET, Henri. **O museu e a vida**. Trad. Jeanne France Filiatre Ferreira da Silva. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990, 100 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil) - IPHAN. **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto, Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília-DF, 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil) - IPHAN. **Declaração do México**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>.

gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%2201985.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM). Criação do IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/a-instituicao/>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K., **Arquitetura escolar** o projeto do ambiente de ensino, São Paulo: Oficina de Textos, 2011

LIMA, D. F. C. Herança Cultural (re)interpretada ou a memória social e a instituição museu: releitura e reflexões. **Museologia e Patrimônio**, v. 1, n. 1, p. 33-43, 2008. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/4/2>>. Acesso em: 06 de novembro 201.

LUÍS CORREIA. Plano Diretor do Município de Luís Correia: diretrizes das políticas municipais de desenvolvimento sustentável e a organização territorial. Lei nº 695. Luís Correia, 30 de junho de 2010.

MESA REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE - 1972. **Cadernos de Sociomuseologia**. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Lisboa, v. 15, n.15, p. 111-121, 1999. Disponível em: <revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/32>. Acesso em: 02 nov 2017.

MONTANER, J. M. **Museus para o século XXI**. Barcelona: Gustavo Gili, 2003.

SILVA, A. S. et al. **Públicos para a cultura na cidade do Porto**. 4 ed. Porto: Edições Afrontamento. 2000.

_____. Reflexões sobre a nova museologia. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 18, n. 18, jun. 2002. Disponível em: Acesso em: 07 set 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA UNESCO. Biblioteca Digital da UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por> Acesso em: 18 de abril de 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA UNESCO. Biblioteca Digital da UNESCO. **CONVENÇÃO PARA A PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL**. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>> Acesso em: 18 de abril de 2019.

ORNSTEIN, S. W e MARTINS, C. A. (1997) **Arquitetura, manutenção e segurança de ambientes escolares**: um estudo aplicativo de APO. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 01, nº 1. p.7-18, janeiro/junho.

PINHEIRO, A. da P.; MOURA, R. de C. **Celebrações**. Teresina: Educar: artes e ofícios; Brasília, Ministério da Cultura/IPHAN, 2009.

PINHEIRO, A. da P. **ECOMUSEU DELTA DO PARNAÍBA (MUDE)**: Um instrumento de valorização de uma rica e complexa paisagem cultural no meio norte do Brasil. 2017. Notas de aula [Trabalho não publicado]

POLLAK, M. **Memória, esquecimento e Silêncio**. In Estudos Históricos. Rio de Janeiro. vol 2. n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 19 de abril de 2018.

PRIMO, J. **Museologia e Patrimônio**: documentos fundamentais. Caderno de Sociomuseologia. n.15. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1999. Disponível em: < <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/329>>. Acesso em 02 nov. 2017.

RIVIÈRE, G.H. **Definição Evolutiva de Ecomuseu**. 1980.

SOARES, Bruno César Brulon. **Máscaras guardadas**: musealização e descolonização / Bruno César Brulon Soares. 2012.

VARINE, H. de. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2013.

WEATHERS PARK. **Condições meteorológicas médias de Luís Correia**. Disponível em: < <https://pt.weatherspark.com/y/30842/Clima-característico-em-Luís-Correia-Brasil-durante-o-ano>>. Acesso em 12 de abril de 2019.